EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 336/2026

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026
PROCESSO Nº 336/2026
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

"EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PÚBLICA NA ESTRADA LINHA JOSÉ JÚLIO - GRUMATÃO."

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA, inscrito no CNPJ 91.987.719/0001-13, com sede à Avenida Itália, nº 474, Bairro Centro, nesta cidade, neste ato representado por sua representante legal, Sra. Gisele Caumo, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados que, no local, dia e horário, abaixo especificados, a Administração estará recebendo os documentos de habilitação preliminar e as propostas das empresas interessadas em participar da presente licitação, do tipo **menor preço**, sob o **regime de empreitada por menor preço**, com modo de disputa **aberto**, de acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

1 - LOCAL, DATA E HORA

1.1. A sessão pública será realizada no site **http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br**, no dia **27 de novembro de 2026,** com início às **08h30min**, horário de Brasília - DF.
1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1, **até as 08h25min do dia 27 de novembro de 2026**.
1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2. OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa do ramo pertinente para contratação de empresa para reconstrução de infraestrutura pública na estrada da Linha José Júlio - Grumatão, sob o regime de empreitada por menor preço global, conforme especificações técnicas detalhadas no Projeto Básico/Memorial Descritivo, partes integrantes deste objeto.

ITEM	Descrição	Valor Total
01	Reconstrução de infraestrutura pública na Estrada Linha José Júlio – Grumatão, com pavimentação em concreto armado de 140m de extensão (959,65 m²) e 418,60 m² de colchão de gabião.	R$ 1.064.912,33

3. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

3.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

3.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico:www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

3.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

3.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

3.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar da Concorrência na forma eletrônica; e

3.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4. ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

4.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema ou anexar as declarações, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

4.2.1. Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme art. 67, Inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.2. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei, conforme prevê o art.63, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme rege o art. 63, Inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.4. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme rege o art. 4º, §1º, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.5. Declaração de observância do limite de R$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado Ata de Registro de Preços e/ou Contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme rege o art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.6. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.7. Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, conforme art. 68, Inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.8. Declaração que atende ao art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.2.9. Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.

4.3. As empresas licitantes deverão anexar sua proposta ajustada aos lances finais/negociados, no prazo de até 01 (um) dia útil após a divulgação dos vencedores, conforme item 13 do edital, podendo este prazo, ser prorrogado a critério da Agente de Contratação.

4.3.1 A empresa deverá anexar, junto de sua proposta, as seguintes planilhas, conforme os anexos deste Edital:

4.3.2. Planilhas detalhadas para cálculo dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI);

4.3.3 Tabela de encargos sociais;

4.3.4 Cronograma físico-financeiro, dividindo a execução dos serviços de acordo com o cronograma informado nos anexos, de acordo com o preço proposto e prazo estipulado, firmada no mínimo pelo responsável técnico da empresa licitante;

4.3.5 Planilha orçamentária, discriminando mão-de-obra e materiais, seus quantitativos, preços unitários e totais para cada item (materiais e de serviços), firmada no mínimo pelo responsável técnico da empresa licitante;

5. PROPOSTA

5.1. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão da Concorrência Eletrônica, estabelecida no preâmbulo desse edital.

5.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação completa dos materiais e serviços ofertados, marca/modelo (conforme o caso), valor unitário e total do(s) item(ns), englobando a tributação, os custos de entrega/prestação dos serviços e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

5.4. Nos casos em que a marca identificar a licitante, deverá constar a expressão “Marca própria”.

OBS: não serão aceitas propostas na qual o valor exceda o valor máximo previsto no presente edital.

6 - FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.
6.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO,** observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
6.3 Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
6.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico, devendo ser observadas as disposições do art. 44 da lei 123/06.
6.5 Durante a Sessão Pública da Concorrência Eletrônica, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.
6.6 No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Agente de Contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
6.6.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão da Concorrência Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.
6.7 Após o fechamento da etapa de lances o Agente de Contratação poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Após análise da proposta e documentação, o Agente de Contratação anunciará o licitante vencedor;
7.2. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
7.3. Após o envio da Proposta Final, esta será encaminhada para análise do setor de Engenharia, ficando sua homologação condicionada à verificação e aprovação da planilha orçamentária, desde que esta esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos.

8. HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos documentos conforme a ordem abaixo discriminada, sendo que **deverão ser enviados eletronicamente (diretamente na**

plataforma da Concorrência Eletrônica), após a solicitação da Agente de Contratações, através da plataforma http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Primeiramente será aberto o prazo para a Anexar a Proposta Final em "Julgamento de Proposta" DE ATÉ UM DIA ÚTIL, findado este prazo será aberto o prazo para anexar os demais documentos de Habilitação, DE ATÉ UM DIA ÚTIL. Os prazos poderão ser encerrados antecipadamente, sempre que as empresas já tiverem anexado a documentação solicitada.

8.2. Os documentos devem provar a habilitação do licitante no dia da abertura da seção pública. Não será necessário o envio dos documentos físicos devido a terem sido anexados no site: http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

8.3. SERÁ EXIGIDO OS SEGUINTES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

8.3.1 Proposta de preços ajustada, nos moldes do que estabelece o anexo I, para o(s) item(ns) objeto(s) da licitação para o(s) qual(is) a licitante apresentou a proposta vencedora, de acordo com o preço final registrado na concorrência eletrônica, a ser anexada em campo específico disponibilizado pelo sistema "julgamento de proposta";

8.3.2 Procuração com firma reconhecida em cartório, nomeando o procurador com poderes expressos para formular propostas, acordar, discordar e transigir em nome da Licitante, bem como para acompanhar as demais ocorrências e realizar todos os atos inerentes ao certame (para o caso de o responsável que assina a documentação não ser o sócio indicado no contrato social ou estatuto);

8.3.3 Cópias autenticada de documento de identificação pessoal do responsável pela assinatura da documentação, seja o sócio administrador ou do procurador da licitante;

8.3.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA
a) Certidão de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(FGTS);**
b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **(CNPJ)**;
c) Certidão de regularidade de **Tributos Municipais**, expedido pelo Município no qual esteja localizado o estabelecimento do licitante;
d) Certidão de regularidade de **Tributos Estaduais**, expedida pela Unidade da Federação na qual esteja localizado o estabelecimento do licitante;
e) Certidão de regularidade quanto aos **tributos e encargos sociais** administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à **Dívida Ativa da União** administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
f) Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
g) Comprovação de regularidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, conforme disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010.
h) Comprovação quanto à regularidade e inexistência de impedimento ou suspensão para contratar com o Poder Público, mediante consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
i) A comissão deverá realizar a consulta da regularidade do licitante no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis quanto a registros de atos de improbidade administrativa e inelegibilidade, sob supervisão do Conselho Nacional de Justiça.

8.3.5. QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA
8.3.5.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
8.3.5.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
8.3.5.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

a) Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo 10% do valor total estimado da contratação.**
b) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
c) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
d) O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.3.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
a) Prova de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região da sede da empresa. Para as empresas não registradas no Estado, a Certidão de Registro deverá estar vistada pelo CREA/RS ou CAU/RS, antes da assinatura do contrato, sendo, o referido visto, condição de sua assinatura, conforme Resolução n.º 413/97 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA;

b) Prova da empresa possuir no quadro funcional permanente profissionais de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, tudo devidamente atestado pelo CREA, ou através de certidões fornecidas pelo mesmo, da seguinte forma:

b.1) A comprovação que o responsável técnico, que se fará presente durante a execução de toda a obra, faz parte do atual quadro permanente da empresa se dará através da apresentação de Certidão de Registro da Empresa junto ao CREA onde conste o nome do profissional indicado pela empresa licitante, ou ainda através de cópia autenticada da CTPS quando se tratar de empregado, ou contrato de prestação de serviços, ou mediante apresentação do contrato social ou estatuto no caso de sócio, diretor da empresa ou assemelhado.

c) **Atestado de Visita Técnica** fornecido pelo Município **ou** declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

c.1) Os licitantes interessados em realizar a visita técnica deverão agendar através do telefone (54) 3456 1033 com o Setor de Engenharia, até a data de 24 de novembro de 2026, com autorização para o mesmo realizar a visita técnica em seu nome:

Horário de atendimento: das 07:30 horas às 11:00 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas;

c.2) A finalidade da visita é o conhecimento da área, das instalações e das condições locais em que os serviços serão prestados e obtenção de demais esclarecimentos que o licitante julgar necessários para a futura execução do objeto

8.3.7 DECLARAÇÕES
a) Declaração de que atende ao Art. 63,I da Lei de Licitações nº 14.133/21 **(Modelo anexo III);**
b) Declaração que atende ao Art. 63, IV da Lei de Licitações nº 14.133/21 **(Modelo anexo IV)**;
c) Declaração que atende ao Art. 4°, §2, da Lei nº 14.133/21 **(Modelo anexo VIII);**
d) Declaração que atende ao Art. 63, §1°da Lei 14.133/21 **(Modelo anexo VI)**;
e) Declaração que atende ao disposto no artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n° 4.358-02 **(Modelo anexo VII)**;
f) Declaração que atende ao art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 **(Modelo anexo IX).**
g) Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa **(Modelo anexo X).**

9. – IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo solicitar abertura de protocolo através do e-mail patrimonio@santatereza.rs.gov.br , ou presencialmente junto a prefeitura municipal em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
9.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos ao edital deverão ser feitas exclusivamente por meio eletrônico através do site: http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br.
9.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, através do site: http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br.
Parágrafo Único: O licitante fica responsável pela conferência do recebimento das informações e da efetivação da abertura do protocolo.

10. – RECURSOS ADMINISTRATIVOS
10.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação proferida por meio eletrônico através do site: http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br, em face de:
a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
b) julgamento das propostas;
c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
d) anulação ou revogação da licitação.
10.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
10.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 9.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:
a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada dentro de 20 (vinte) vinte minutos, após o encerramento da fase de habilitação, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação proferida por meio eletrônico através do site: http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br;
b) a apreciação dar-se-á em fase única.
10.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
10.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
10.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11. – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
11.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
11.2. Os licitantes vencedores da disputa de lances, deverão apresentar no prazo de 02 (dois) dias úteis após a adjudicação a proposta com os preços resultantes do certame, bem como, os dados bancários (Banco, agência e nº da conta).
11.3. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o agente de contratação inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o agente de contratação poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.
11.4. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o agente de contratação proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese dos motivos do recurso, o prazo para apresentar as razões do recurso, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de

03 (três) dias úteis, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

12. FISCALIZAÇÃO:

12.1 A fiscalização da entrega do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

12.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

12.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art.115, §5º).

12.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

12.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º

12.6 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

12.7 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.8 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

12.9 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº14.133/2021, art. 120).

12.10 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

12.11 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

12.12 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.13 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.14 O prestador ficará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

12.15 A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade do prestador para outras pessoas e/ou entidades.

12.16 Todas as ordens de serviços, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e o Contratado serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais;

12.17 Das decisões da fiscalização poderá o Contratado recorrer à Contratante, no prazo de cinco dias úteis, sem efeito suspensivo.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1 A vencedora deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao serviço, bem como as normas de segurança do trabalho.

13.2 A vencedora deverá executar os serviços observando fielmente o Projeto Básico/Memorial Descritivo, Anexo XII, e a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é integralmente da empresa contratada, inclusive quanto à promoção de readequações sempre que forem detectadas impropriedades que possam comprometer a execução do objeto contratado.
13.3 A vencedora deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto às contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço.

14. DO PAGAMENTO:

14.1 O pagamento será efetuado conforme liberação do valor pela Defesa Civil, após aprovação do processo pelo mesmo, e após o recebimento da nota fiscal acompanhada da planilha de medição ou outro documento apto a comprovar a prestação do serviço, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal requisitante.
14.2 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice do IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.
14.3 Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.
14.4 A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, obrigatoriamente, a identificação do processo licitatório, do convênio, da operação e do programa e o número da CONCORRÊNCIA, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
14.5 A empresa, para fazer jus a eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro de que trata a Lei 14.133/2021, deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, apresentar orçamento detalhado mediante “Planilha de custos e formação de preços” do preço contrato, devidamente assinada por profissional da contabilidade habilitado.
14.6 Os pagamentos relativos às despesas de obras executadas com recursos dos instrumentos estão condicionados a:
• Inserção do boletim de medição no sistema Transferegov.br pela empresa contratada;
• Ateste do boletim de medição pelo engenheiro fiscal do Município.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da seguinte dotação orçamentária:

0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO
2678200561328 – RECONSTRUÇÃO GRUMATÃO
(2332) 449051000 – OBRAS E INSTALAÇÕES
1271 – RECONSTRUÇÃO GRUMATÃO RECURSOS DEFESA CIVIL

16. CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. O prazo máximo para a conclusão dos serviços será de 03 (três) meses conforme o respectivo cronograma físico-financeiro, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.
16.2. A empresa vencedora deverá apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) para execução das obras, ao setor de Engenharia após receber a ordem de serviço para iniciar a obra, a qual deverá ser providenciada num prazo de até dez dias após o recebimento da mesma.
16.3. O Município de Santa Tereza-RS, através da Secretaria Municipal de Obras e Viação, designa o servidor Eng. Márcio André Cella, CREA-RS 085465-D, como responsável pela fiscalização dos serviços.
16.4. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

16.5. A Contratada assume única e exclusivamente a responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.
16.6. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando ao preposto da empresa o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, podendo as ocorrências ser registradas no Diário de Obra.

17. DAS SANSÕES:
O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) dar causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);
17.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
a) advertência;
b) multa;
c) impedimento de licitar e contratar;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
17.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
17.4 A sanção prevista na letra “a” do item 17.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 17.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
17.5 A sanção prevista na letra “b” do item 17.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 17.1 deste Edital, nos seguintes termos:
a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

17.6 A sanção prevista na letra “c” do item 17.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 17.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Santa Tereza/RS, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.7 A sanção prevista na “d” do item 17.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 17.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 17.1 deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 17.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.8 A sanção estabelecida na letra “d” do item 15.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste Edital será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do Secretário Municipal.

17.9 As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 17.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 17.2 (multa) deste Edital.

17.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia, quando prestada, ou será cobrada judicialmente.

17.11 A aplicação das sanções previstas no item 17.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.12 Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 17.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.13 A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 17.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de, no mínimo, 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.14 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

17.15 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

17.16 As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal de 3 (três) anos.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

18.2 A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

18.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Bento Gonçalves para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

18.4 Os casos omissos serão decididos pelo Agente de Contratação, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. Fazem parte integrante deste Edital:
ANEXO I - Modelo de Proposta de Preço;
ANEXO II – Modelo Carta de Credenciamento;
ANEXO III – Modelo Declaração de que cumpre o Art. 63, I;
ANEXO IV – Modelo de Declaração de que cumpre o Art. 63, IV;
ANEXO V – Modelo Declaração De Enquadramento ME/EPP;
ANEXO VI – Modelo Declaração de que cumpre o Art. 63, § 1º;
ANEXO VII – Modelo de Declaração de que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII;;
ANEXO VIII – Modelo Declaração de que cumpre o Art. 4º, §2;
ANEXO IX – Modelo de Declaração que atende ao art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021
ANEXO X – Modelo de Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa;
ANEXO XI– Minuta do Contrato;
ANEXO XII – Memorial Descritivo e demais documentos relacionados;
19.1. O Edital está à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Tereza, sito à Av. Itália, n° 474, em horário de expediente, das 8h às 11h30min e das 13h30min ás 17h ou pelo site www.santatereza.rs.gov.br.

Santa Tereza, 12 de novembro de 2026.

GISELE CAUMO
Prefeita Municipal

Aprovado:

Procurador Jurídico

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 336/2026

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

A/C Comissão de Licitação
Referente à Concorrência nº 005/2026.

_____ estabelecida na _____, cidade _____, Estado do _____, CNPJ nº _____ neste ato representada por seu(s) sócio(s)-gerente(s)/presidente(s), diretor(es), Sra.(a) _____, portador(es) de cédula de identidade nº(s) _____, CPF nº(s) _____, apresenta abaixo sua proposta financeira.

ITEM	Descrição	Valor Total
01	Reconstrução de infraestrutura pública na Estrada Linha José Júlio – Grumatão, com pavimentação em concreto armado de 140m de extensão (959,65 m²) e 418,60 m² de colchão de gabião.	

1) **Validade da Proposta:** mínimo de 60 (sessenta) dias.

2) **Declaramos que,** estamos de acordo com os termos do edital e seus Anexos e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídas todos as despesas necessárias à prestação dos serviços objeto desta licitação, incluindo transporte, seguro, impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, custo de parcelas rescisórias, benefícios, administração, treinamento, custos diretos e indiretos e todos os outros ônus federais, estaduais e/ou municipais indispensáveis para o cumprimento do objeto da presente licitação.

3) **Dados Bancários:**

Banco do .....

Agencia nº. .....

Conta nº. .....

4) **Contato:**

Sr (Sócio-Diretor)

Fone: ..... Fax: ..... Celular: .....

e-mail - .....

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, _____ de _____, de ____.

_____.
(Assinatura do dirigente da empresa)

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 336/2026

ANEXO II

MODELO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o (a) Sr.(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade nº ..... e CPF nº ....., a participar da licitação instaurada pelo Município de Santa Tereza/RS, SRP na modalidade de Concorrência, sob o nº 005/2026, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa.....
....., CNPJ nº ....., bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

..... (data).....

Assinatura do dirigente da empresa nome do dirigente da empresa

Obs: Caso o contrato social ou estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 336/2026

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 63, I

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (Nome da empresa) CNPJ (n.º do CNPJ), sediada (endereço completo), **cumpre os requisitos para a habilitação, e que a proposta apresentada está em conformidade a com as exigências do edital,** respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, nos termos do Art. 63, I, da Lei 14.133/2021.

Local e Data

(assinatura e identificação do responsável legal/procurador da licitante)

Nome:
CPF:
Cargo:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 336/2026

ANEXO IV

MODELO DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE O ART. 63, IV

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (Nome da empresa) CNPJ (n.º do CNPJ), sediada (endereço completo), **cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas,** nos termos do Art. 63, IV, da Lei 14.133/2021.

Local e Data
(assinatura e identificação do responsável legal/procurador da licitante)

Nome:
CPF:

Cargo:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 336/2026

ANEXO V

MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO BENEFICIÁRIO DA LEI 123/2006

Declaramos para os devidos e necessários fins, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade CONCORRÊNCIA nº ____/20___, que somos enquadrados na condição de _____ (preencher o enquadramento conforme Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente Declaração.

Local e data.

Razão social da empresa, nome completo e assinatura (s) dos (s) representante (s) legal (is)

Assinatura do Contador da Empresa

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 336/2026

ANEXO VI

MODELO DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE O ART. 63, §1º DA LEI 14.133/2.021

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (Nome da empresa) CNPJ (n.º do CNPJ), sediada (endereço completo), de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta**,** nos termos do Art. 63, §1º DA LEI 14.133/2.021.

Local e Data

(assinatura e identificação do responsável legal/procurador da licitante)

Nome:
CPF:

Cargo:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 336/2026

ANEXO VII

ANEXO XII – MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ART. 7º CONSTITUIÇÃO

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de CONCORRÊNCIA nº _____/20_____, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data

(assinatura e identificação do responsável legal/procurador da licitante)

Nome:
CPF:

Cargo:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 336/2026

ANEXO VIII

MODELO DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE O ART. 4º, §2º DA LEI 14.133/2.021

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (Nome da empresa) CNPJ (n.º do CNPJ), sediada (endereço completo), observa o limite de R$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte**,** nos termos do Art. 4º, §2º da Lei 14.133/2.021

Local e Data

(assinatura e identificação do responsável legal/procurador da licitante)

Nome:

CPF:

Cargo:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 336/2026

ANEXO IX

MODELO DE CUMPRIMENTO ART. 14, INCISO IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que nenhum de seus sócios, administradores ou dirigentes se enquadra em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no art. 14º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece a vedação de contratação habitual de cônjuge ou companheiro, ou de pessoa com quem possuam vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, bem como vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil. Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração, ciente das sanções civis, administrativas e penais cabíveis em caso de falsidade das informações prestadas.
Local e Data

(assinatura e identificação do responsável legal/procurador da licitante)

Nome:
CPF:
Cargo:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 336/2026

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei, de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.
Local e Data

(assinatura e identificação do responsável legal/procurador da licitante)

Nome:
CPF:
Cargo:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 336/2026

ANEXO XI

MINUTA DE CONTRATO DE Nº 2026
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA, Estado do Rio Grande do Sul, entidade de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 91.987.719/0001-13, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sra. ....., doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e ....., empresa estabelecida ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., representada por ....., doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Contrato que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1 O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado pela CONTRATANTE através do edital de licitação de Concorrência nº 005/2026 e na proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de _____, e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 (inclusive nos casos omissos), suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para reconstrução de infraestrutura pública na estrada Linha José Júlio - Grumatão, pela CONTRATADA, a serem executados em regime de empreitada por menor preço, conforme o projeto básico do edital de licitação Concorrência eletrônica nº 005/2026 e a proposta vencedora, que fazem parte integrante desse contrato, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O preço a ser pago pela execução do objeto do presente contrato é de R$ _____(_____), conforme consta na proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto, conforme cronograma físico-financeiro anexo ao presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado conforme liberação do valor pela Defesa Civil, após aprovação do processo pelo mesmo, e após o recebimento da nota fiscal acompanhada da planilha de medição ou outro documento apto a comprovar a prestação do serviço, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal requisitante.

4.2 Os pagamentos relativos às despesas de obras executadas com recursos dos instrumentos estão condicionados a:

- Inserção do boletim de medição no sistema Transferegov.br pela empresa contratada;
- Ateste do boletim de medição pelo engenheiro fiscal do Município;
- Aprovação e liberação pela Defesa Civil;

Parágrafo único. O pagamento correrá em até 10 (dez) dias a contar da apresentação de fatura aprovada. Se o término desse prazo coincidir com dia não útil, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediatamente posterior.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS

5.1 Aplicam-se ao presente contrato os seguintes prazos:

I - A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços objeto do presente contrato após recebimento da Ordem de Execução dos Serviços, emitida pela CONTRATANTE;

II - O prazo de vigência do contrato será de ....., tendo como prazo inicial a data da Ordem de Início.

III - O prazo máximo para a conclusão dos serviços é de ...., conforme cronograma físico-financeiro, contados após o recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

Parágrafo único. O presente contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante demonstração de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, sendo permitidas eventuais negociações entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO

6.1 As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: _____.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice IPCA – E do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a CONTRATANTE compensará a CONTRATADA com juros de 0,5% ao mês calculados pró-rata dia, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO

8.1 O reajustamento do valor relativo ao presente contrato ocorrerá através de:

I – Reajustamento em sentido estrito, desde que ultrapassado o período mínimo de 1 (um) ano da data-base vinculada à data do orçamento estimado, através do índice _____; ou de

II – Repactuação no caso de regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou de predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos, após o período mínimo de 1 (um) ano:

a) Da data de apresentação da proposta para os custos decorrentes do mercado;

b) Da celebração do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada para os custos de mão de obra. Parágrafo único. Em sendo solicitada a repactuação, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1 Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida. Parágrafo único. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico financeiro, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 São obrigações da CONTRATANTE:

I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços executados, nos termos do presente instrumento;

II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

III – Determinar as providências necessárias quando os serviços não estiverem sendo realizados na forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;

IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços objeto desse contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 São obrigações da CONTRATADA:

I - A empresa vencedora deverá apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e RNO (Registro Nacional de Obras) para execução das obras, ao setor de Engenharia após receber a ordem de serviço para iniciar a obra, a qual deverá ser providenciada num prazo de até dez dias após o recebimento da mesma.

II - Sinalizar e iluminar adequadamente os locais em obras, nos turnos diurno e noturno, tomando todos os cuidados necessários durante todas as fases de execução, bem como limpeza final das obras, removendo entulhos, restos de materiais ou lixo de qualquer espécie que possa causar acidentes aos usuários do local;

III - Matricular junto ao INSS as referidas obras, conforme o que prevê a legislação pertinente, fornecendo a CONTRATANTE cópia do CEI, bem como, a Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva de Débitos com efeitos de Negativa, junto ao INSS;

IV - Emitir a "ART" da execução das obras quitadas;

V - Manter no local da obra um técnico e preposto para representá-la, com atribuição específica junto ao CREA/RS, compatível com o objeto do contrato, previamente aceito pela fiscalização, com amplos poderes para representá-la em tudo quanto se relacione com a execução das obras e serviços, de- vendo permanecer no local das obras;

VI - Cumprir e fazer cumprir as normas de medicina e segurança do trabalho;

VII - Manter um diário na execução da obra, o qual deverá conter todas as anotações pertinentes à obra, devidamente rubricado pelo responsável técnico da CONTRATADA e pela fiscalização do CONTRATANTE, o qual receberá uma cópia autenticada;

VIII - Assegurar a perfeita execução das obras, sua proteção e conservação até o recebimento definitivo das mesmas;

IX - Permitir e facilitar à Fiscalização a inspeção aos locais das obras em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados por esta;

X - Substituir qualquer material, quando em desacordo com as respectivas especificações;

XI - Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas e previdenciários com empregados e prepostos e pelos encargos fiscais e comerciais, decorrentes da execução do contrato;

XII - Assumir todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre a obra contratada, correndo por sua conta exclusiva a quitação desses tributos;

XIII - Refazer, às suas expensas, quaisquer obras e/ou serviços executados em desobediência às normas técnicas vigentes, ao objeto contratado, às determinações e adequações da Fiscalização;

XIV - Efetuar o registro das obras no CREA/RS, em observância a legislação;

XV - Trabalhar aos sábados, domingos e feriados, quando solicitado pelo CONTRATANTE;

XVI - Fornecer todos os elementos materiais e humanos indispensáveis a realização dos serviços;

XVII – A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é integralmente da empresa contratada, inclusive quanto à promoção de readequações sempre que forem detectadas impropriedades que possam comprometer a execução do objeto contratado;

XVIII - Permitir o livre acesso dos servidores do Gestor, dos órgãos de controle interno e externo da União e dos funcionários da CONTRATANTE aos documentos e registros contábeis;

XIX – Providenciar placa de obra com os dados exigidos pela Defesa Civil.

XX - O contratado deverá destacar na nota fiscal o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte, se for o caso, de conformidade com a portaria da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, com base na tese fixada no recurso extraordinário 1.293.453 (STF), empresas optantes pelo simples nacional, ou que possuam Certificado de Filantropia, estão dispensadas do valor do Imposto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA GESTÃO DO CONTRATO

I - O Município de Santa Tereza-RS, através da Secretaria Municipal de Obras e Viação, designa o servidor Eng. Márcio André Cella, CREA-RS 085465-D, e o engenheiro Cristiano Fugali, CREA RS236549, como responsáveis pela fiscalização dos serviços;

II – Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1 O objeto do presente contrato será recebido:

I - Provisoriamente, pelo responsável pela fiscalização, mediante "Termo de Aceitação Provisória", assinado pelos representantes de ambas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação da CONTRATADA.

II - Definitivamente, 30 (trinta) dias após o recebimento provisório e depois de nova vistoria, mediante "Termo de Aceitação Definitiva", assinado por ambas as partes.

Parágrafo único. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a CONTRATADA de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DO OBJETO

14.1 A CONTRATADA se responsabilizará pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar da data do recebimento definitivo do objeto pela CONTRATANTE pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

Nos termos do disposto na Lei 14.133/2021, pela inexecução parcial ou total deste contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, sempre garantida a prévia defesa em processo administrativo:

I – Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

II - Multa de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso, calculados sobre o valor do objeto contratado e não entregue;

III – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação quando o contratado deixar de cumprir com as obrigações assumidas;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1 As hipóteses que constituem motivo para rescisão contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à IV - Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Santa Tereza, pelo prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;

V - Rescisão do contrato pelos motivos previstos na Lei 14.133/2021;

VI - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, nos casos de falta grave com comunicação aos respectivos registros cadastrais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir o **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

CONTRATADA, por:

I – Ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto nos casos em que esta tenha dado causa à extinção;

II – Consensual, desde que haja interesse e seja conveniente para a CONTRATANTE;

III – Por decisão arbitral ou judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 As partes elegem o foro da Comarca de Bento Gonçalves/RS para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Tereza, __ de _____ de 2026.

Representante do Município

Representante da Empresa

Aprovado:
Procurador Jurídico
Cassiano Scandolara Rodrigues
OAB/RS. 102.428

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 336/2026

ANEXO XII – MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS DOCUMENTOS NA SEQUÊNCIA DO DOCUMENTO

PROGETTARE
ENGENHARIA E ASSESSORIA

MEMORIAL DESCRITIVO

Meta 1 - Reconstrução de infraestrutura pública na Estrada Linha José Júlio - Grumatão, com pavimentação em concreto armado de 140 m de extensão (959,65 m²) e 418,60 m² de colchão de gabião

SETEMBRO DE 2026

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. *A obra*

O presente caderno tem por objetivo estabelecer as normas e encargos que presidirão o desenvolvimento da obra de reconstrução de infraestrutura pública na Estrada Linha José Júlio, no trecho denominado Grumatão, no Município de Santa Tereza/RS, compreendendo a reconstrução da plataforma viária com pavimento em concreto armado, da drenagem superficial e dos elementos de proteção da margem do Rio Taquari.

A obra corresponde à Meta 1 do empreendimento e compreende a execução de 959,65 m² de pavimento em concreto armado, com extensão de 140,00 m; 418,60 m² de colchão de gabião; 254,10 m² de proteção de talude em concreto armado; 139,30 m de viga de bordo apoiada sobre estacas; 170,55 m de sarjeta trapezoidal de concreto; 140,44 m de defensa metálica semimaleável; e a sinalização horizontal e vertical do trecho, conforme Laudo Técnico vinculado ao Protocolo S2iD nº REC-RS-4317251-20260820-01, orçamento e pranchas de projeto correspondentes (Prancha TOP-01 – Topografia; Prancha PAV-01 – Projeto de pavimentação e detalhamento estrutural da viga de bordo e microestacas; Prancha S/D-01 – Detalhamento do pavimento, seções transversais e sinalização).

Os danos a serem recuperados decorrem do evento de inundação ocorrido entre os dias 19 e 23 de julho de 2026 (COBRADE 1.2.1.0.0, data oficial 22/07/2026), registrado no S2iD sob o Protocolo nº RS-F-4317251-12100-20260722, que motivou a declaração de Situação de Emergência por meio do Decreto Municipal nº 1.708, de 27 de julho de 2026. A elevação do nível do Rio Taquari provocou o tombamento de trechos da mureta, a deformação e o arrancamento de parte do colchão de gabião implantado na obra de reconstrução executada no local em 2024, o carreamento do revestimento granular da plataforma e o descalçamento da sarjeta longitudinal de concreto.

Considerando que a retirada do revestimento granular é recorrente sempre que o nível do rio alcança o trecho, a solução adotada substitui o revestimento primário por pavimento em concreto armado, integrado à sarjeta, à viga de bordo e ao topo do colchão de gabião, de forma a constituir uma estrutura contínua e resistente à ação do escoamento.

Os recursos para execução da obra são provenientes do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR, por intermédio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC, destinados a ações de reconstrução, nos termos da Lei nº 12.340/2010 e da Portaria nº 3.033/2020, cabendo à CONTRATADA observar as exigências de identificação, execução e

prestação de contas estabelecidas pelo órgão concedente.

1.2. *Definições*

Para maior clareza, as expressões abaixo mencionadas terão os seguintes significados, ressalvando os casos em que os próprios textos exigem outra interpretação:

CONTRATANTE - indica a entidade contratante dos serviços, no caso, o Município de Santa Tereza;

CONTRATADA - indica a empresa responsável pela execução dos serviços, designada para a execução da obra;

FISCALIZAÇÃO - indica o Fiscal ou Comissão de FISCALIZAÇÃO, designado pelo Município de Santa Tereza.

1.3. *Normas, omissões e divergências*

1.3.1. *Normas*

O serviço deverá obedecer às especificações do presente Caderno, às normas vigentes da ABNT, DAER/RS, DNIT, Leis/Decretos Municipais e Estaduais, e também ao que está explicitamente indicado nos projetos. Destacam-se, sem prejuízo de outras aplicáveis: NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto), NBR 12655 (Concreto de cimento Portland – preparo, controle, recebimento e aceitação), NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto), NBR 7480 e NBR 7481 (aço para armaduras e telas soldadas), NBR 7583 (Execução de pavimentos de concreto), NBR 8964 e NBR 10514 (gabiões), NBR 6971 (Defensas metálicas – implantação), NBR 11862 e NBR 14636 (sinalização horizontal), DNIT 137/2010-ES (Regularização do subleito), DNIT 141/2010-ES (Base estabilizada granulometricamente), DNIT 018/2023-ES (Sarjetas e valetas), IPR 736/2018 (Álbum de projetos-tipo de dispositivos de drenagem) e o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN.

1.3.2. *Omissões*

Em caso de dúvida ou omissões, será atribuição da FISCALIZAÇÃO fixar o que julgar indicado, tudo sempre em rigorosa obediência ao que preceituam as normas e regulamentos para pavimentações, ditadas pela ABNT, DAER/RS, DNIT e pela legislação vigente.

1.3.3. *Divergências*

Em caso de divergências entre as cotas de desenhos e suas dimensões, medidas em escala, prevalecerão sempre as primeiras.

No caso de estar especificado nos desenhos e não estar neste Caderno vale o que estiver especificado nos desenhos.

1.4. *Localização da obra*

A obra está localizada na área rural do Município de Santa Tereza/RS, na Estrada Linha José Júlio, em trecho conhecido como Grumatão, junto à margem do Rio Taquari. A estrada desenvolve-se em faixa estreita entre o curso d'água e um maciço rochoso, circunstância que condiciona a geometria da plataforma e a implantação dos elementos de drenagem e de proteção da margem, conforme planta de localização constante da Prancha TOP-01.

Os principais dados de identificação da obra são apresentados no quadro a seguir.

Tabela 1 – Dados de identificação da obra

Item	Descrição
Município / UF	Santa Tereza / RS
Local	Estrada Linha José Júlio – trecho Grumatão, margem do Rio Taquari
Coordenada inicial (TOP-01)	29°07'04,73" S | 51°42'46,35" O
Coordenada final (TOP-01)	29°07'01,73" S | 51°42'42,56" O
Extensão do trecho	140,00 m de pavimento (estaqueamento 0+000 a 0+140)
Protocolo S2iD	REC-RS-4317251-20260820-01
Responsáveis técnicos	Cristiano Fugali (CREA RS236549) e Káthia Benedetti (CREA RS201849)

2. EXECUÇÃO

2.1. *Generalidades*

Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente habilitados, desde os serviços preliminares até a limpeza e entrega da obra, com todos os serviços executados e em perfeito e completo funcionamento.

Antes do início das obras, deverá ser entregue à FISCALIZAÇÃO ART de execução da obra, bem como toda a documentação elencada no Contrato de Prestação de Serviços.

Para a execução da obra, deverá ser tomado como base o cronograma físico-financeiro. Já estão computados no prazo estipulado a dificuldade de desenvolver as atividades em plataforma estreita, entre o Rio Taquari e o maciço rochoso, e a necessidade de manter o acesso às comunidades

atendidas pela estrada. Sempre que possível, os serviços deverão ser executados em meia pista, mantendo-se faixa de tráfego liberada e devidamente sinalizada; interrupções totais do trânsito somente serão admitidas com aviso prévio à comunidade e autorização da FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA deverá dimensionar sua(s) equipe(s) para garantir a execução da obra no prazo estipulado, devendo computar o trabalho em turnos variados, finais de semana e feriados.

Por se tratar de área sujeita a inundações, a CONTRATADA deverá acompanhar os boletins do Sistema de Alerta Hidrológico da Bacia do Rio Taquari e as previsões meteorológicas, programando as etapas junto à margem (conformação de talude, colchão de gabião e proteção de talude) para períodos de níveis baixos do rio, e protegendo ou retirando equipamentos e materiais do local em caso de alerta de cheia.

Os profissionais credenciados para dirigirem os trabalhos por parte da CONTRATADA deverão dar total assistência à obra, devendo se fazer presentes em todas as etapas da execução e acompanhar as vistorias efetuadas pela FISCALIZAÇÃO, assim como realizar a compatibilização in loco, observar e prever eventuais problemas, sendo sempre recomendável que eles apresentem à FISCALIZAÇÃO os problemas constatados por escrito, juntamente com possíveis soluções.

Todas as ordens de serviço ou comunicações da FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA, ou vice-versa, como alterações de materiais, adição ou supressão de serviços, serão transmitidas por escrito, e somente assim produzirão seus efeitos. Para tal, deverá ser usado o Livro Diário da Obra, cujas folhas deverão apresentar-se em três vias, em modelo fornecido pela CONTRATADA, sendo submetido à apreciação da FISCALIZAÇÃO. Este livro deverá ser armazenado permanentemente na obra, juntamente com um jogo completo de cópias dos projetos, anotações de responsabilidade técnica, detalhes, especificações técnicas, edital, contrato e cronograma físico-financeiro, atualizados.

Todo e qualquer e-mail enviado pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA deverá ser respondido em até 2 (dois) dias úteis.

Qualquer alteração ou inclusão de serviço, que venha acarretar custo para a CONTRATANTE, somente será aceita após apresentação de orçamento, por meio escrito, sob pena de não aceitação do serviço em caso de desacordo.

2.2. *Segurança do Trabalho*

Todo e qualquer serviço realizado deverá obedecer às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho – NR, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, em especial a NR-18 (Segurança e saúde no trabalho na indústria

da construção) e a NR-35 (Trabalho em altura), esta última aplicável aos serviços executados sobre o talude junto à margem do rio. A FISCALIZAÇÃO poderá paralisar a obra se a CONTRATADA não mantiver suas atividades dentro dos padrões de segurança exigidos por lei.

Fica a CONTRATADA responsável pelo fornecimento e manutenção do uso pelos operários de equipamentos de proteção individual estabelecidos em norma regulamentadora do Ministério do Trabalho, tais como: capacetes de segurança, protetores faciais, óculos de segurança contra impactos, luvas e mangas de proteção, botas de borracha, calçados de couro, cintos de segurança, coletes salva-vidas para os serviços junto à água, coletes refletivos, máscaras, protetores auriculares e outros que se fizerem necessários.

Também é de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, a instalação e a manutenção dos equipamentos de proteção coletiva (EPC) necessários à execução segura dos serviços, conforme NR-18, tais como: isolamento e sinalização das frentes de serviço com cones, cavaletes, fitas zebradas e telas tapume; guarda-corpos e barreiras junto às bordas do talude e às escavações; linhas de vida e pontos de ancoragem para os serviços sobre o talude; escoramento de valas quando necessário; boias salva-vidas com cabo junto às frentes de trabalho próximas ao Rio Taquari; sinalização de trânsito para operação em meia pista; extintores de incêndio e kit de primeiros socorros no canteiro.

2.3. *Responsabilidades da CONTRATADA*

2.3.1. Efetuar o planejamento da obra como um todo, fornecendo à FISCALIZAÇÃO o cronograma físico-financeiro geral e semanal dos serviços a serem executados;

2.3.2. Executar todos os serviços descritos e mencionados nas especificações e os constantes dos desenhos dos projetos, bem como providenciar todo o material, mão de obra e equipamentos para execução ou aplicação na obra;

2.3.3. Respeitar os projetos, especificações e determinações da FISCALIZAÇÃO, não sendo admitidas quaisquer alterações ou modificações do que estiver determinado pelas especificações e/ou projetos;

2.3.4. Retirar imediatamente do canteiro da obra qualquer material que for rejeitado em inspeção pela FISCALIZAÇÃO;

2.3.5. Desfazer ou corrigir os serviços rejeitados pela FISCALIZAÇÃO, dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com as despesas de material e mão de obra envolvidas;

2.3.6. Acatar prontamente as exigências e observações da FISCALIZAÇÃO, baseadas nas

especificações, projeto e regras técnicas;

2.3.7. Realizar, às suas expensas, os ensaios e provas aconselháveis a cada tipo de serviço ou material, em especial o controle tecnológico do concreto e das camadas granulares, apresentando os resultados à FISCALIZAÇÃO;

2.3.8. Transportar todo o entulho e materiais retirados provenientes dos serviços de remoção, bem como aqueles que venham a se acumular durante a execução da obra, para local de bota-fora indicado pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, sendo vedado o lançamento de qualquer material no leito do Rio Taquari;

2.3.9. Providenciar placa de obra com os dados e o leiaute exigidos pela Defesa Civil;

2.3.10. Manter no local da obra conjunto de projetos na escala indicada, além do memorial descritivo, ART ou RRT de execução, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, sempre disponíveis para a consulta da FISCALIZAÇÃO;

2.3.11. Manter a obra limpa e sinalizada, causando o mínimo de transtornos possíveis, tais como barulhos, poeiras, etc. Caso seja necessário o bloqueio total do trânsito local, este deve ter aviso prévio e ser autorizado pela FISCALIZAÇÃO. Caso a CONTRATANTE solicite a paralisação de algum serviço por motivos diversos, a mesma deve ser feita imediatamente.

2.3.12. Fornecer, instalar e manter, durante toda a execução da obra, os equipamentos de proteção coletiva (EPC) e a sinalização de segurança das frentes de serviço, conforme item 2.2 deste memorial;

2.4. *Responsabilidades da FISCALIZAÇÃO*

2.4.1. Exercer todos os atos necessários à verificação do cumprimento do Contrato, dos projetos e das especificações, tendo livre acesso a todas as partes do canteiro da obra;

2.4.2. Sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado na conformidade das Normas cabíveis e dos termos do projeto e especificações, ou que atente contra a segurança;

2.4.3. Não permitir nenhuma alteração nos projetos e especificações sem prévia justificativa técnica por parte da CONTRATADA, cuja autorização ou não será feita também por escrito por meio da FISCALIZAÇÃO;

2.4.4. Decidir os casos omissos nas especificações ou projetos;

2.4.5. Registrar no Livro Diário da Obra as irregularidades ou falhas que encontrar na execução das obras e serviços;

2.4.6. Controlar o andamento dos trabalhos em relação aos cronogramas;

2.4.7. O que também estiver mencionado como de sua competência e responsabilidade, adiante neste Caderno, Edital e Contrato.

3. PROJETOS

Buscou-se no projeto as definições e detalhamentos dos serviços a serem executados, expressos por meio das pranchas TOP-01 (Topografia, seções e perfil longitudinal), PAV-01 (Projeto de pavimentação, detalhamento das juntas e detalhamento estrutural da viga de bordo e microestacas) e S/D-01 (Detalhamento do pavimento, seções A-A' e B-B' e sinalização). O levantamento topográfico foi realizado por tecnologia LiDAR, cabendo à CONTRATADA conferir as cotas e alinhamentos em campo antes do início dos serviços.

Fica a cargo da CONTRATADA manter as versões impressas sempre atualizadas desses projetos no canteiro das obras, sendo responsável por todos os custos relativos à impressão dos mesmos.

3.1. Quando da emissão da Ordem de Início, será agendada reunião entre a CONTRATADA, a FISCALIZAÇÃO e demais servidores, para dirimir e esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir na execução dos serviços, bem como analisar o planejamento da obra proposto pela CONTRATADA. Nesta reunião, a ser realizada pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Santa Tereza, devem se fazer presentes obrigatoriamente os responsáveis pela execução da obra.

3.2. Ao término da obra, fica a encargo da CONTRATADA entregar à FISCALIZAÇÃO, em mídia digital, o projeto atualizado com todas as cotas revisadas, medidas no local, contendo ainda as alterações que se mostraram necessárias durante a execução – As Built.

4. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

4.1 Administração Local

Consiste nos serviços de acompanhamento da obra por engenheiro civil, mestre de obras e encarregado geral, para acompanhamento dos serviços de conformação dos taludes, execução das contenções, fundações, drenagem e pavimentação, além de topógrafo para a locação e o controle geométrico dos serviços, conforme composição própria de Administração Local constante do Quadro de Composições (36 h de engenheiro civil, 108 h de encarregado geral, 72 h de mestre de obras e 20 h de topógrafo).

4.2 Mobilização e Desmobilização

Previamente ao início dos serviços serão mobilizados os equipamentos necessários à execução das contenções e do pavimento em concreto armado.

Ao final da obra será executada a desmobilização do mesmo conjunto de equipamentos, prevista no item de Serviços Finais.

4.3 Serviços Iniciais

Nesta etapa deverá ser instalada a placa de obra, com dimensões de 1,80 x 3,60 m (6,48 m²), em chapa de aço galvanizado fixada em estrutura de madeira aprovada pela FISCALIZAÇÃO, com o leiaute exigido pela Defesa Civil Nacional e disponibilizado pela FISCALIZAÇÃO. Ela deverá ser exposta em local visível conforme orientação da FISCALIZAÇÃO, cabendo à CONTRATADA o zelo da placa durante a obra, mantendo-a limpa, fixada e visível até a entrega da obra.

Durante todo o período de execução, a área de trabalho deverá ser sinalizada com placas de advertência para sinalização de obras, com lado de 1,00 m, montadas em suporte metálico móvel, com implantação e retirada diárias, conforme previsto no orçamento. A sinalização deverá estar posicionada nas duas extremidades do trecho, indicando obras na pista e, quando for o caso, operação em meia pista, de acordo com o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume VII (Sinalização Temporária).

Também será realizada a locação topográfica do eixo, dos bordos da plataforma, da viga de bordo, das estacas e das seções de projeto, com a utilização dos devidos equipamentos topográficos, tomando como referência o estaqueamento e as cotas da Prancha TOP-01.

4.4 Drenagem – Sarjeta Trapezoidal de Concreto SZC 90-30

A sarjeta longitudinal de concreto, implantada junto ao maciço rochoso no bordo interno da via, será reconstruída na extensão de 170,55 m, conforme indicado na Prancha S/D-01. Os segmentos rompidos ou descalçados deverão ser removidos e o novo dispositivo deverá ser conectado aos trechos remanescentes e à caixa coletora de sarjeta existente, garantindo a continuidade hidráulica. A descida d'água e a caixa coletora existentes serão mantidas.

Será executada sarjeta trapezoidal de concreto tipo SZC 90-30, conforme IPR 736/2018 – Álbum de Projetos-Tipo de Dispositivos de Drenagem, com espalhamento manual do concreto. A execução deverá seguir as seguintes etapas:

- escavação da vala trapezoidal com retroescavadeira; nos trechos em que ocorrer rocha (material de 3ª categoria), estimados em 50% da extensão, a escavação será executada com escavadeira equipada com rompedor hidráulico, não sendo previsto o uso de explosivos;
- escavação, apiloamento do fundo, guias e concreto da sarjeta, conforme composição SICRO 2003343;
- recomposição do apoio e reaterro lateral da sarjeta com argila compactada, fornecida pela CONTRATADA, nos pontos em que houve perda do material de suporte (0,35 m³ por metro de sarjeta);
- execução de lastro de brita com espessura de 3 cm sob a sarjeta e sob a faixa de 30 cm entre a sarjeta e a pista;
- confecção e instalação de guias de madeira a cada 2 m, nas dimensões e formas da sarjeta;
- confecção do concreto fck 20 MPa e lançamento por meio de jerica, com acabamento desempenado;
- enchimento das juntas com argamassa asfáltica a cada 12 m de extensão de sarjeta.

Entre a sarjeta e o pavimento, a faixa de 30 cm de largura será previamente regularizada e apiloada (acerto do solo natural) e receberá arremate em concreto fck 15 MPa, com espessura de 5 cm, em toda a extensão da sarjeta, com o objetivo de evitar a infiltração de água e a consequente desagregação dos materiais da base.

O material escavado será carregado em caminhão basculante e transportado para bota-fora indicado pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Para a execução das sarjetas deverão ser seguidas as especificações DNIT 018/2023-ES (Drenagem – Sarjetas e valetas), IPR 724/2006 (Manual de drenagem de rodovias) e IPR 736/2018. A medição será realizada em metros, em função do comprimento linear efetivamente executado.

Também estão previstos o preparo e apiloamento da faixa entre a sarjeta e a pista, a regularização com argila (incluindo sua carga e transporte), a execução de lastro de brita sob as sarjetas, a escavação em material de 3ª categoria (nas sarjetas e, caso necessário, nas estacas) e o uso de retroescavadeira.

4.5 Fundações

4.5.1. *Estacas escavadas*

Ao longo do bordo externo da plataforma, sob a viga de bordo, serão executadas 70 estacas tipo broca de concreto armado, com diâmetro de 20 cm e comprimento de 1,15 m, sendo 1,00 m enterrado abaixo da face inferior da viga e 0,15 m de embutimento na viga de bordo (total de 80,50 m), espaçadas a cada 2,00 m, conforme detalhamento da Prancha PAV-01. A escavação será manual, com trado concha, e o fuste deverá ser limpo de material solto antes da concretagem. A concretagem deverá ultrapassar em cerca de 0,10 m a cota de arrasamento (topo do trecho embutido), sendo esse excesso removido posteriormente.

A armadura de cada estaca será composta por 4 barras longitudinais de aço CA-50 Ø 10,0 mm, com comprimento de 1,30 m (1,10 m no interior da estaca e 0,20 m acima do topo da estaca, totalizando 0,35 m de ancoragem dentro da viga de bordo), e estribos circulares de aço Ø 5,0 mm, com comprimento de 0,60 m, espaçados a cada 15 cm (8 estribos por estaca), com cobrimento mínimo de 5 cm no fundo da estaca. Após a concretagem, as cabeças das estacas serão arrasadas na cota de projeto, com a remoção dos 0,10 m superiores de concreto, preservando-se as barras de arranque, de forma a garantir a ligação monolítica com a viga.

O serviço será medido por metro de estaca executada, incluindo concreto, escavação, corte, dobra e montagem das armaduras longitudinal e transversal.

Caso seja encontrado maciço rochoso antes da profundidade prevista, a FISCALIZAÇÃO deverá ser comunicada para definição da solução de ancoragem a ser adotada no ponto.

4.5.2. *Viga de bordo*

Sobre as estacas será executada viga de bordo em concreto armado com seção de 25 x 40 cm e extensão de 139,30 m, que delimita o pavimento junto ao topo do colchão de gabião e confere confinamento lateral e proteção contra o descalçamento do bordo externo da plataforma (seções A-A’ e B-B’ da Prancha S/D-01).

A execução compreende escavação manual da vala com largura de 30 cm e profundidade de 45 cm, lastro de brita com espessura de 3 cm, fôrmas laterais em madeira serrada (e = 25 mm), armação e concretagem. A armadura longitudinal será composta por 3 barras de aço CA-50 Ø 12,5 mm na face superior, 3 barras Ø 12,5 mm na face inferior e armadura de pele de 1 barra Ø 12,5 mm em cada face lateral, com barras de 14,00 m e transpasse mínimo de 60 cm. Os estribos serão de aço CA-60 Ø 5,0 mm, espaçados a cada 15 cm.

O concreto deverá ter fck mínimo de 30 MPa, lançado com jerica e adensado com vibrador de imersão, de forma que toda a armadura seja adequadamente envolvida. Deverão ser utilizados espaçadores que garantam o cobrimento indicado em projeto. A viga servirá como armadura de bordo na junta de encontro com o pavimento, conforme detalhe da Prancha PAV-01.

4.6 Execução de Contenções

4.6.1. *Corte e conformação de taludes, retirada da mureta existente e do colchão de gabião deteriorado*

Os serviços deste item, executados com escavadeira hidráulica sobre esteiras e caminhão basculante, compreendem a retirada da mureta existente, a retirada do colchão de gabião deteriorado e o corte e a conformação dos taludes.

Retirada da mureta existente: será demolido e removido o segmento avariado da mureta em blocos de concreto, com extensão de 66,60 m, indicado como "Mureta avariada a demolir" na Prancha S/D-01, com altura estimada de 0,80 m e espessura de 0,20 m (10,66 m³). A demolição será mecanizada, executada com a escavadeira hidráulica, com cuidado para não danificar os segmentos de colchão de gabião e os demais elementos a serem preservados.

Retirada do colchão de gabião deteriorado: serão removidas as partes do colchão de gabião existente que se apresentarem deformadas, rompidas ou arrancadas pela cheia, sem condições técnicas de reaproveitamento, nos segmentos indicados como "Colchão de gabião a construir" na Prancha S/D-01. As telas danificadas serão descartadas, e a pedra de enchimento em boas condições poderá ser aproveitada na regularização do talude, a critério da FISCALIZAÇÃO. Os colchões remanescentes em bom estado deverão ser preservados, para posterior amarração aos novos colchões.

Os materiais sem possibilidade de reaproveitamento, assim como os materiais soltos sobre a plataforma e o talude, deverão ser carregados e transportados para local de bota-fora indicado pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, sendo vedado o seu lançamento no leito do Rio Taquari.

Corte e conformação dos taludes: em seguida será executada a conformação do talude, regularizando a superfície com o material pétreo do próprio local, de forma a obter inclinação uniforme e apta a receber o colchão de gabião e a proteção de talude em concreto armado, conforme seções da Prancha TOP-01 e seções A-A' e B-B' da Prancha S/D-01. A limpeza da vegetação e dos detritos depositados pela inundação deverá ser feita em uma única etapa.

Os serviços de escavação deverão estar de acordo com a Especificação DAER-ES-T 03/91 e ser regularizados conforme a Especificação DAER-ES-T 01/91. A conformação deverá preservar a

descida d'água existente.

4.6.2. *Proteção de talude em concreto armado*

Nos segmentos indicados nas Pranchas PAV-01 e S/D-01 será executada proteção de talude em concreto armado, totalizando 254,10 m², com a seguinte sequência:

- execução de lastro de pedra de mão ou rachão, com espessura de 15 cm, espalhado manualmente sobre o talude conformado;
- instalação de armadura em tela soldada Q-196 (CA-60), em painéis de 6,00 x 2,45 m, com transpasse mínimo de 30 cm entre painéis, posicionada com espaçadores que garantam o cobrimento;
- concretagem com espessura de 20 cm, com concreto usinado bombeável de fck mínimo 30 MPa, lançado através de bomba, adensado e com acabamento desempenado;
- cura úmida do concreto por, no mínimo, 7 dias.

A proteção deverá ser integrada ao colchão de gabião e à viga de bordo, de forma a não deixar descontinuidades vulneráveis ao escoamento.

4.6.3. *Colchão de gabião*

Após a aprovação da conformação do talude pela FISCALIZAÇÃO, será executado o revestimento com colchão de gabião nos segmentos rompidos, totalizando 418,60 m², correspondentes a cerca de 59,80 m de extensão e altura média (desenvolvimento no talude) de 7,00 m, conforme indicado como "Colchão de gabião a construir" na Prancha S/D-01. Os novos colchões deverão ser amarrados aos colchões existentes remanescentes, garantindo a continuidade da proteção.

Nesta obra, o colchão de gabião será executado com espessura de 0,30 m, tela em malha hexagonal de dupla torção com fio de aço revestido com liga Zn/Al + PVC, diâmetro de 2,0 mm, preenchido com pedra de mão produzida, conforme item correspondente da Planilha Orçamentária. O material de enchimento será fornecido pela CONTRATADA, proveniente de pedreira devidamente licenciada.

O colchão será fixado ao talude por meio de hastes de aço CA-50 Ø 16,0 mm, com comprimento aproximado de 2,00 m, cravadas e chumbadas com argamassa de grauteamento nos matacões e rochas de maior porte, em furos executados com martelete pneumático. Serão instaladas 419 hastes, na proporção de uma haste por metro quadrado de colchão. As hastes serão interligadas por cabos de aço galvanizado Ø 12,7 mm (1/2"), alma de aço independente, 6 x 25, fixados às hastes

com grampos pesados para cabo de aço de 1/2” (um por haste), amarrando as gaiolas entre si e ao maciço.

O gabião tipo colchão é um elemento prismático, subdividido em células por diafragmas de parede dupla, confeccionado em malha hexagonal de dupla torção (três meias-voltas), em conformidade com as normas NBR 8964, NBR 10514 e EN 10223-3. As propriedades do arame e as dimensões adotadas são apresentadas nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2 – Propriedades do arame e da tela do gabião tipo colchão

Propriedade	Gabião Colchão (fio Ø 2,0 mm Zn/Al + PVC)	Norma de referência
Força máxima de puncionamento	≥ 15,5 kN	ASTM A975 (adaptado)
Resistência da conexão de borda	≥ 21 kN/m	ASTM A975 (adaptado)
Resistência à abrasão	≥ 100.000 ciclos	NBR 7577 / EN 60229
Resistência à corrosão (névoa salina)	> 6.000 h	EN ISO 9227 / EN 10223-3
Resistência à corrosão (Kesternich)	> 250 ciclos	EN ISO 6988 / EN 10223-3
Resistência UV (tração/alongamento)	≥ 75% a 2.500 h	ISO 4892-3
Temperatura de fragilidade	-35 °C	NBR 8964 / EN 10223-3

Tabela 3 – Dimensões dos gabiões tipo colchão

Dimensão	Valores	Tolerância
Espessura	0,30 m	± 2,5%
Largura	2,00 m	± 3%
Comprimento	3, 4, 5 ou 6 m	± 3%

A montagem seguirá as recomendações do fabricante e a NBR 10514: as peças são desdobradas sobre superfície plana, as paredes e os diafragmas erguidos e amarrados com arame galvanizado ao longo de todas as arestas de contato, alternando voltas simples e duplas, formando as células. O plano de apoio deverá estar previamente regularizado. Deverão ser instalados tirantes internos (pés de galinha), unindo a base à tampa a cada 1 m², para evitar o abaulamento das faces. O enchimento com pedra de mão será executado de forma a manter o índice de vazios entre 30% e 40%, com auxílio de retroescavadeira e escavadeira hidráulica e acomodação manual das pedras. Concluído o enchimento, a tampa é fechada e amarrada às bordas superiores das paredes e dos diafragmas.

O material de enchimento deverá ter peso específico preferencialmente superior a 2,4 t/m³, sendo descartadas pedras friáveis, solúveis ou de baixa dureza. Para os gabiões tipo colchão, o diâmetro das pedras deve situar-se entre 8 e 15 cm, permitindo o arranjo em duas camadas internas. Nos pontos em que a manta geotêxtil existente sob os colchões tiver sido danificada, ela deverá ser reposicionada ou recomposta antes do assentamento dos novos colchões, com sobreposição mínima

de 0,30 m.

O topo do colchão de gabião deverá ser integrado à viga de bordo e ao pavimento, conforme seções A-A' e B-B' da Prancha S/D-01, evitando descontinuidades vulneráveis ao escoamento. Os gabiões e o arame de amarração deverão ser entregues na obra em fardos identificados, acompanhados de certificado de qualidade, cabendo ao fabricante prestar assistência técnica sempre que solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

4.6.4. *Acabamentos da contenção*

Está prevista a execução de acabamentos da contenção, conforme orientação da FISCALIZAÇÃO, totalizando 202,22 m², em placas de concreto usinado bombeável C20 (fck 20 MPa) com espessura de 20 cm, armadas com tela soldada Q-196 (CA-60), com transpasse mínimo de 30 cm entre painéis e espaçadores que garantam o cobrimento da armadura.

Esses acabamentos destinam-se à complementação e ao arremate das estruturas de contenção (colchão de gabião, proteção de talude em concreto armado, viga de bordo e demais elementos junto à margem), em pontos não detalhados no projeto. A locação, as dimensões e a sequência de execução de cada acabamento serão definidas pela FISCALIZAÇÃO no decorrer da obra, conforme as condições encontradas em campo, e deverão ser registradas no Livro Diário da Obra e no As Built.

O concreto será usinado, lançado por meio de bomba, adensado com vibrador de imersão e desempenado, devendo ser mantida cura úmida por, no mínimo, 7 dias. A superfície de apoio deverá estar limpa, regularizada e isenta de material solto antes da concretagem. O serviço será medido por metro quadrado de placa executada e aceita pela FISCALIZAÇÃO, conforme composição própria que inclui o concreto, o lançamento por bomba, o adensamento, o acabamento e a tela soldada Q-196.

4.7 Execução de Pavimento

O pavimento será executado em concreto armado na extensão de 140,00 m, totalizando 959,65 m², sobre estrutura composta, de baixo para cima, por subleito regularizado e compactado, lastro de brita de 5 cm, sub-base de macadame seco com 25 cm e base de brita graduada simples com 20 cm, conforme seções A-A' e B-B' da Prancha S/D-01. A largura da plataforma é variável, conforme Prancha PAV-01.

4.7.1. *Regularização e compactação do subleito*

Após a remoção do material solto e da regularização emergencial existente, o subleito será regularizado e compactado ao longo dos 140,00 m (922,60 m²), conforme DNIT 137/2010-ES, com grau de compactação mínimo de 100% do Proctor Normal. Locais que apresentem baixo poder de suporte ou material inadequado deverão ser removidos e substituídos, mediante autorização da FISCALIZAÇÃO. Sobre o subleito regularizado será espalhado mecanicamente lastro de brita comercial com espessura de 5 cm.

4.7.2. *Sub-base de macadame seco*

A sub-base será executada em macadame seco, com espessura de 25 cm e largura de 6,49 m, totalizando 227,15 m³. O agregado graúdo (pedra pulmão) será espalhado em camada uniforme e compactado com rolo vibratório, sendo os vazios preenchidos com material de enchimento (pó de pedra ou brita miúda) espalhado e forçado a penetrar por vibração, até a completa travação da camada. A superfície acabada deverá apresentar-se desempenada e sem segregação.

4.7.3. *Base de brita graduada simples*

A base será executada em brita graduada simples (BGS), com espessura de 20 cm e largura de 6,25 m, totalizando 175,00 m³, conforme DNIT 141/2010-ES. O material deverá atender à faixa granulométrica especificada, ser espalhado com motoniveladora, umedecido até a umidade ótima com caminhão-pipa e compactado com rolos vibratório e de pneus até atingir grau de compactação mínimo de 100% do Proctor Modificado. Concluída a compactação, a superfície será varrida e conferida topograficamente quanto às cotas e ao abaulamento, de forma a garantir o escoamento das águas para a sarjeta.

4.7.4. *Pavimento de concreto armado*

O pavimento será executado em concreto armado (PCA) com fck mínimo de 30 MPa e espessura de 17,5 cm, em placas delimitadas por juntas de construção, juntas serradas e juntas de encontro, conforme planta de juntas e detalhes da Prancha PAV-01. A execução deverá atender à NBR 7583, à NBR 12655 e à NBR 14931, observando-se os procedimentos a seguir.

Preparo da base: sobre a base de brita graduada, limpa e umedecida, será estendido filme plástico de polietileno com espessura de 0,2 mm, com sobreposição entre panos, atuando como camada de separação e evitando a perda de água do concreto para a base.

Fôrmas: as fôrmas laterais deverão ser metálicas ou de madeira, rígidas, travadas e niveladas de acordo com as cotas de projeto. Nas bordas longitudinais das placas, entre concretagens sucessivas, deverá ser aplicado desmoldante ou solução com cal, de modo a garantir a não aderência entre os panos concretados.

Armaduras: a armadura será composta por malha dupla de telas soldadas Q-159 e Q-196, nas posições indicadas na Prancha PAV-01, com transpasse mínimo de 30 cm entre painéis. A armadura inferior deverá ser montada de forma a garantir cobrimento mínimo de 3,0 cm a partir do filme plástico, e as malhas deverão ser mantidas na posição por espaçadores treliçados dispostos a cada 80 cm (recomendados BE12 e BE6). Deverá ser executado reforço de armadura ao redor dos bordos.

Barras de transferência: nas juntas de construção e nas juntas serradas serão instaladas barras de transferência de aço CA-25 Ø 20 mm, a cada 30 cm, apoiadas em suportes que garantam seu posicionamento à meia altura da placa, paralelas ao eixo da pista e à superfície. Metade do comprimento da barra, acrescida de 2 cm, deverá ser pintada e engraxada, de forma a não aderir ao concreto e permitir a movimentação das placas.

Concretagem: antes do lançamento deverão ser conferidos o posicionamento, a rigidez e o nivelamento das fôrmas, armaduras e barras. O concreto será verificado quanto à resistência característica e ao traço declarados na nota fiscal, à trabalhabilidade (abatimento – slump) e ao tempo de início de pega, sendo moldados corpos de prova para controle da resistência. O concreto deverá ser lançado de forma contínua, espalhado, adensado com vibradores de imersão e régua vibratória, de modo a evitar ninhos e segregação, e sarrafeado na espessura de projeto.

Acabamento e textura: após o desempeno, a superfície receberá acabamento com textura antiderrapante transversal (vassoura ou tela de juta), adequada ao tráfego em trecho de declividade e sujeito a umidade.

Cura: imediatamente após o acabamento, deverá ser aplicado produto de cura química ou executada cura úmida, mantida por, no mínimo, 7 dias, protegendo-se o concreto contra a insolação, o vento e a chuva nas primeiras horas.

Juntas: a disposição das juntas seguirá a Prancha PAV-01, observando-se:

- juntas de construção (JC): executadas ao final de cada jornada de concretagem ou no encontro entre faixas concretadas em etapas distintas, com barras de transferência;
- juntas serradas (JS): executadas entre 8 e 12 horas após a concretagem, com profundidade de 6,0 cm e largura de 4 mm; nas juntas onde o canto não for de 90°,

realizar corte perpendicular a partir de, ao menos, 50 cm antes do final do corte;

- juntas de encontro (JE): executadas no encontro do pavimento com a viga de bordo, utilizando a viga como armadura de bordo;
- selagem: as juntas serão limpas e seladas com cordão delimitador de profundidade (tarucel) e selante elástico, conforme Detalhe 3 da Prancha PAV-01; a calafetação deverá ser feita com o máximo de tempo de cura possível, em razão dos efeitos de retração do concreto.

Liberação ao tráfego: o pavimento somente poderá ser liberado ao tráfego após o concreto atingir a resistência especificada, comprovada por ensaios, ou após autorização expressa da FISCALIZAÇÃO.

Controle tecnológico: a CONTRATADA deverá realizar, às suas expensas, os ensaios de controle do concreto (abatimento e resistência à compressão, conforme NBR 12655, NBR 5738 e NBR 5739) e das camadas granulares (granulometria e grau de compactação), apresentando os resultados à FISCALIZAÇÃO. A medição será realizada em metros quadrados de pavimento efetivamente executado e aceito.

4.8 Proteção Lateral – Defensa Metálica

Em substituição à mureta rompida, será implantada defensa metálica semimaleável simples ao longo do bordo externo da plataforma, junto ao rio, na extensão de 140,44 m, com 2 terminais aéreos tipo A, um no início e outro no término da defensa, conforme Prancha S/D-01. A solução foi adotada por permitir o livre rebaixamento das águas durante as cheias, sem provocar seu represamento sobre a plataforma.

O fornecimento e a implantação deverão atender à NBR 6971, com lâminas, postes, espaçadores e elementos de fixação em aço galvanizado a fogo. Os postes deverão ser implantados conforme as seções A-A' e B-B' da Prancha S/D-01, compatibilizados com a viga de bordo e as estacas, com alinhamento e altura uniformes ao longo de todo o trecho.

4.9 Sinalização

4.9.1. *Sinalização horizontal*

A sinalização horizontal será executada com tinta retrorrefletiva à base de resina acrílica com microesferas de vidro, largura de 10 cm, aplicada mecanicamente com demarcadora autopropelida, conforme NBR 11862 e Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume IV,

compreendendo:

- linha contínua de divisão de fluxos opostos (LFO-1), na cor amarela, no eixo da pista, com extensão de 140,00 m;
- linhas de bordo (LBO), contínuas, na cor branca, nas extensões de 139,25 m e 141,70 m (total de 280,95 m);
- tachas refletivas bidirecionais em plástico injetado, tipo IV, com um pino, espaçadas a cada 7 m, sendo 21 unidades amarelas no eixo e 41 unidades brancas nos bordos (total de 62 unidades), conforme NBR 14636.

A pintura somente poderá ser aplicada após a cura do concreto e com a superfície limpa, seca e isenta de produto de cura, poeira ou materiais soltos.

4.9.2. *Sinalização vertical*

A sinalização vertical compreende a instalação de 34 placas de demarcador de alinhamento, com dimensões de 50 x 60 cm (área total de 10,20 m²), em chapa de aço galvanizado nº 16 com película retrorrefletiva tipo I + SI, instaladas ao longo do bordo externo com espaçamento de 3,50 m e altura de 90 cm, e de uma placa de advertência de estreitamento de pista, em chapa de aço, com lado de 0,60 m e película retrorrefletiva tipo I + SI, conforme Prancha S/D-01.

As placas serão fixadas em 35 suportes metálicos galvanizados, implantados de forma a garantir prumo, alinhamento e estabilidade, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volumes I e II.

4.10 Serviços Finais

Após o final da obra será executada a desmobilização dos equipamentos, nas mesmas condições da mobilização. Deverá ser realizada a limpeza geral da obra, com a remoção de todos os restos de materiais, fôrmas, entulhos e sinalização provisória, e a entrega à FISCALIZAÇÃO do As Built, conforme item 3.2 deste memorial.

Santa Tereza, 24 de setembro de 2026.

Gisele Caumo

Prefeita Municipal

CRISTIANO FUGALI:99816458004

Assinado de forma digital por CRISTIANO FUGALI:99816458004
Dados: 2026.10.19 09:03:30 -03'00'

Cristiano Fugali

Eng. Civil – CREA RS236549

ART nº 14634978

KATHIA BENEDETTI:88478459049

Assinado de forma digital por KATHIA BENEDETTI:88478459049
Dados: 2026.10.19 09:03:47 -03'00'

Káthia Benedetti

Eng. Civil – CREA RS201849

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA

PROGETTARE
ENGENHARIA E ASSESSORIA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Meta 1 - Reconstrução de infraestrutura pública na Estrada Linha José Júlio - Grumatão, com pavimentação em concreto armado de 140 m de extensão (959,65 m²) e 418,60 m² de colchão de gabião

Protocolo nº REC-RS-4317251-20260820-01
Referência: SINAPI RS 07/2026 não desonerado, SICRO RS 04/2026
BDI não desonerado: 22,00%

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (sem BDI)	BDI (%) Não desonerado	PREÇO UNITÁRIO (com BDI)	Preço unitário Mão de Obra (com BDI)	Preço unitário Material (com BDI)	Valor total Mão de Obra (com BDI)	Valor total Material (com BDI)	VALOR TOTAL (com BDI)
META 1			RECONSTRUÇÃO DA ESTRADA LINHA JOSÉ JÚLIO - GRUMATÃO									Subtotal	R$ 1.064.912,33
1.			Administração local									Subtotal	R$ 23.861,22
1.1	Composição	11	Administração local	conj	1,00	R$ 19.558,38	22,00%	R$ 23.861,22	R$ 7.158,37	R$ 16.702,85	R$ 7.158,37	R$ 16.702,85	R$ 23.861,22
2.			Mobilização e desmobilização									Subtotal	R$ 4.024,28
2.1	Composição	5	Mobilização ou desmobilização - Contenções e pavimento em concreto armado - DMT 36 km	conj	1,00	R$ 3.298,59	22,00%	R$ 4.024,28	R$ 1.207,28	R$ 2.817,00	R$ 1.207,28	R$ 2.817,00	R$ 4.024,28
3.			Serviços iniciais									Subtotal	R$ 4.883,20
3.1	SINAPI	103689	Fornecimento e instalação de placa de obra com chapa galvanizada e estrutura de madeira. Af_03/2022_ps	m²	6,48	R$ 496,79	22,00%	R$ 606,08	R$ 181,82	R$ 424,26	R$ 1.178,19	R$ 2.749,21	R$ 3.927,40
3.2	SICRO	5212560	Placa de advertência para sinalização de obras montada em suporte metálico móvel, lado 1,00 m - utilização de 600 ciclos - fornecimento, 01 implantação e 01 retirada diária	un.dia	180,00	R$ 4,35	22,00%	R$ 5,31	R$ 1,59	R$ 3,72	R$ 286,20	R$ 669,60	R$ 955,80
4.			Drenagem									Subtotal	R$ 45.438,58
4.1	SICRO	2003343	Sarjeta trapezoidal de concreto - SZC 90-30 - escavação mecânica - areia e brita comerciais	m	170,55	R$ 84,98	22,00%	R$ 103,68	R$ 31,10	R$ 72,58	R$ 5.304,11	R$ 12.378,51	R$ 17.682,62
4.2	SINAPI	101616	Preparo de fundo de vala com largura menor que 1,5 m (acerto do solo natural), em local com nível baixo de interferência. Af_01/2026	m²	51,17	R$ 8,69	22,00%	R$ 10,60	R$ 3,18	R$ 7,42	R$ 162,72	R$ 379,68	R$ 542,40
4.3	Cotação	ARGILA	Argila, argila vermelha ou argila arenosa (retirada na jazida, sem transporte) REF SINAPI 6079	m³	59,69	R$ 39,88	22,00%	R$ 48,65	R$ 14,60	R$ 34,05	R$ 871,47	R$ 2.032,45	R$ 2.903,92
4.5	SICRO	2019737	Lastro de brita comercial - espalhamento manual	m³	9,26	R$ 145,14	22,00%	R$ 177,07	R$ 53,12	R$ 123,95	R$ 491,89	R$ 1.147,78	R$ 1.639,67
4.4	SINAPI	95876	Transporte com caminhão basculante de 14 m³, em via urbana pavimentada, dmt até 30 km (unidade: m³xkm). Af_02/2026	m³xkm	2482,20	R$ 2,47	22,00%	R$ 3,01	R$ 0,90	R$ 2,11	R$ 2.233,98	R$ 5.237,44	R$ 7.471,42
4.6	SINAPI	100978	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante 10 m³ - carga com escavadeira hidráulica (caçamba de 1,20 m³ / 155 hp) e descarga livre (unidade: m³). Af_02/2026	m³	68,95	R$ 7,42	22,00%	R$ 9,05	R$ 2,72	R$ 6,33	R$ 187,54	R$ 436,46	R$ 624,00
4.7	SINAPI	5678	Retroescavadeira sobre rodas com carregadeira, tração 4x4, potência líq. 88 hp, caçamba carreg. cap. mín. 1 m³, caçamba retro cap. 0,26 m³, peso operacional mín. 6.674 kg, profundidade escavação máx. 4,37 m - chp diurno. Af_06/2014	CHP	32,00	R$ 153,57	22,00%	R$ 187,36	R$ 56,21	R$ 131,15	R$ 1.798,72	R$ 4.196,80	R$ 5.995,52
4.8	SINAPI	94963	Concreto fck = 15mpa, traço 1:3,4:3,5 (em massa seca de cimento/ areia média/ brita 1) - preparo mecânico com betoneira 400 l. Af_05/2021	m³	2,56	R$ 506,67	22,00%	R$ 618,14	R$ 185,44	R$ 432,70	R$ 474,73	R$ 1.107,71	R$ 1.582,44
4.9	SINAPI	103670	Lançamento com uso de baldes, adensamento e acabamento de concreto em estruturas. Af_02/2022	m³	2,56	R$ 344,03	22,00%	R$ 419,72	R$ 125,92	R$ 293,80	R$ 322,36	R$ 752,12	R$ 1.074,48
4.10	SICRO	5501704	Escavação de vala em material de 3ª categoria - resistência à compressão de 70 MPa a 120 MPa - com escavadeira e rompedor hidráulico 1.500 kg	m³	22,17	R$ 186,86	22,00%	R$ 227,97	R$ 68,39	R$ 159,58	R$ 1.516,21	R$ 3.537,88	R$ 5.054,09
4.11	SINAPI	100978	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante 10 m³ - carga com escavadeira hidráulica (caçamba de 1,20 m³ / 155 hp) e descarga livre (unidade: m³). Af_02/2026	m³	22,17	R$ 7,42	22,00%	R$ 9,05	R$ 2,72	R$ 6,33	R$ 60,30	R$ 140,34	R$ 200,64

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (sem BDI)	BDI (%) Não desonerado	PREÇO UNITÁRIO (com BDI)	Preço unitário Mão de Obra (com BDI)	Preço unitário Material (com BDI)	Valor total Mão de Obra (com BDI)	Valor total Material (com BDI)	VALOR TOTAL (com BDI)
4.12	SINAPI	95876	Transporte com caminhão basculante de 14 m³, em via urbana pavimentada, dmt até 30 km (unidade: m³xkm). Af_02/2026	m³xkm	221,72	R$ 2,47	22,00%	R$ 3,01	R$ 0,90	R$ 2,11	R$ 199,55	R$ 467,83	R$ 667,38
5.			**Fundações**									**Subtotal**	**R$ 53.514,36**
5.1			**Estacas escavadas Ø 20 cm - 1,00 m enterrado + 0,15 m embutido na viga**									**Subtotal**	**R$ 9.225,81**
5.1.1	Composição	25	Estaca broca de concreto, diâmetro de 20 cm, escavação manual com trado concha, com armadura longitudinal 4 Ø 10,0 mm e estribos Ø 5,0 mm c/15 cm (ref. SINAPI 101173)	m	80,50	R$ 93,17	22,00%	R$ 113,67	R$ 34,10	R$ 79,57	R$ 2.745,05	R$ 6.405,39	R$ 9.150,44
5.1.2	SICRO	2306247	Arrasamento de estacas de concreto com seção de até 900 cm²	m³	0,22	R$ 280,82	22,00%	R$ 342,60	R$ 102,78	R$ 239,82	R$ 22,61	R$ 52,76	R$ 75,37
5.2			**Viga de bordo (40x25 cm)**									**Subtotal**	**R$ 44.288,55**
5.2.1	SINAPI	104920	Armação de bloco, sapata isolada, viga baldrame e sapata corrida utilizando aço CA-50 de 12,5 mm - montagem. Af_01/2024	kg	1129,23	R$ 10,24	22,00%	R$ 12,49	R$ 3,75	R$ 8,74	R$ 4.234,61	R$ 9.869,47	R$ 14.104,08
5.2.2	SINAPI	104916	Armação de sapata isolada, viga baldrame e sapata corrida utilizando aço CA-60 de 5 mm - montagem. Af_01/2024	kg	171,62	R$ 16,76	22,00%	R$ 20,45	R$ 6,14	R$ 14,31	R$ 1.053,75	R$ 2.455,88	R$ 3.509,63
5.2.3	SICRO	2019737	Lastro de brita comercial - espalhamento manual	m³	1,04	R$ 145,14	22,00%	R$ 177,07	R$ 53,12	R$ 123,95	R$ 55,24	R$ 128,91	R$ 184,15
5.2.4	SINAPI	96527	Escavação manual para viga baldrame ou sapata corrida (incluindo escavação para colocação de fôrmas). Af_01/2024	m³	18,81	R$ 121,95	22,00%	R$ 148,78	R$ 44,63	R$ 104,15	R$ 839,49	R$ 1.959,06	R$ 2.798,55
5.2.5	SINAPI	96555	Concretagem de bloco de coroamento ou viga baldrame, fck 30 MPa, com uso de jerica - lançamento, adensamento e acabamento. Af_01/2024	m³	13,93	R$ 843,54	22,00%	R$ 1.029,12	R$ 308,74	R$ 720,38	R$ 4.300,75	R$ 10.034,89	R$ 14.335,64
5.2.6	SINAPI	96536	Fabricação, montagem e desmontagem de fôrma para viga baldrame, em madeira serrada, e=25 mm, 4 utilizações. Af_01/2024	m²	111,44	R$ 68,82	22,00%	R$ 83,96	R$ 25,19	R$ 58,77	R$ 2.807,17	R$ 6.549,33	R$ 9.356,50
6.			**Execução de contenções**									**Subtotal**	**R$ 392.228,32**
6.1			**Corte e conformação de taludes, retirada da mureta existente e do colchão de gabião deteriorado**									**Subtotal**	**R$ 50.114,38**
6.1.1	SINAPI	88907	Escavadeira hidráulica sobre esteiras, caçamba 1,20 m³, peso operacional 21 t, potência bruta 155 hp - chp diurno. Af_06/2014	CHP	72,00	R$ 260,40	22,00%	R$ 317,69	R$ 95,31	R$ 222,38	R$ 6.862,32	R$ 16.011,36	R$ 22.873,68
6.1.2	SINAPI	91386	Caminhão basculante 10 m³, trucado cabine simples, peso bruto total 23.000 kg, carga útil máxima 15.935 kg, distância entre eixos 4,80 m, potência 230 cv inclusive caçamba metálica - chp diurno. Af_06/2014	CHP	72,00	R$ 296,17	22,00%	R$ 361,33	R$ 108,40	R$ 252,93	R$ 7.804,80	R$ 18.210,96	R$ 26.015,76
6.1.3	SINAPI	97625	Demolição de alvenaria para qualquer tipo de bloco, de forma mecanizada, sem reaproveitamento. Af_09/2023	m³	10,66	R$ 56,24	22,00%	R$ 68,61	R$ 20,58	R$ 48,03	R$ 219,38	R$ 512,00	R$ 731,38
6.1.4	SINAPI	100982	Carga, manobra e descarga de entulho em caminhão basculante 10 m³ - carga com escavadeira hidráulica (caçamba de 0,80 m³ / 111 hp) e descarga livre (unidade: m³). Af_02/2026	m³	10,66	R$ 9,67	22,00%	R$ 11,80	R$ 3,54	R$ 8,26	R$ 37,74	R$ 88,05	R$ 125,79
6.1.5	SINAPI	95875	Transporte com caminhão basculante de 10 m³, em via urbana pavimentada, dmt até 30 km (unidade: m³xkm). Af_02/2026	m³xkm	106,60	R$ 2,83	22,00%	R$ 3,45	R$ 1,04	R$ 2,41	R$ 110,86	R$ 256,91	R$ 367,77
6.2			**Execução de proteção de talude em concreto armado**									**Subtotal**	**R$ 71.252,04**
6.2.1	SICRO	2003868	Lastro de pedra de mão ou rachão - espalhamento manual	m³	38,12	R$ 148,62	22,00%	R$ 181,32	R$ 54,40	R$ 126,92	R$ 2.073,73	R$ 4.838,19	R$ 6.911,92
6.2.2	SINAPI	100066	Armação do sistema de paredes de concreto, executada como armadura positiva de lajes, tela Q-196. Af_12/2024	kg	961,80	R$ 10,92	22,00%	R$ 13,32	R$ 4,00	R$ 9,32	R$ 3.847,20	R$ 8.963,98	R$ 12.811,18
6.2.3	SINAPI	100349	Concretagem de cortina de contenção, através de bomba - lançamento, adensamento e acabamento. Af_11/2024	m³	50,82	R$ 831,11	22,00%	R$ 1.013,95	R$ 304,19	R$ 709,76	R$ 15.458,94	R$ 36.070,00	R$ 51.528,94
6.3			**Execução de colchão de gabião - 418,60 m² (extensão aproximada de 59,80 m)**									**Subtotal**	**R$ 222.005,55**
6.3.1	Composição	23	Haste de aço CA50 diâmetro 16 mm cravado em matacão	un	419,00	R$ 82,24	22,00%	R$ 100,33	R$ 30,10	R$ 70,23	R$ 12.611,90	R$ 29.426,37	R$ 42.038,27
6.3.2	Composição	24	Cabos de aço ligados às hastes chumbadas em matacões	m	419,00	R$ 71,10	22,00%	R$ 86,74	R$ 26,02	R$ 60,72	R$ 10.902,38	R$ 25.441,68	R$ 36.344,06
6.3.3	SINAPI	95875	Transporte com caminhão basculante de 10 m³, em via urbana pavimentada, dmt até 30 km (unidade: m³xkm). Af_02/2026	m³xkm	4520,88	R$ 2,83	22,00%	R$ 3,45	R$ 1,04	R$ 2,41	R$ 4.701,72	R$ 10.895,32	R$ 15.597,04

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (sem BDI)	BDI (%) Não desonerado	PREÇO UNITÁRIO (com BDI)	Preço unitário Mão de Obra (com BDI)	Preço unitário Material (com BDI)	Valor total Mão de Obra (com BDI)	Valor total Material (com BDI)	VALOR TOTAL (com BDI)
6.3.4	SINAPI	100982	Carga, manobra e descarga de entulho em caminhão basculante 10 m³ - carga com escavadeira hidráulica (caçamba de 0,80 m³ / 111 hp) e descarga livre (unidade: m³). Af_02/2026	m³	125,58	R$ 9,67	22,00%	R$ 11,80	R$ 3,54	R$ 8,26	R$ 444,55	R$ 1.037,29	R$ 1.481,84
6.3.5	SICRO	3205875	Gabião colchão espessura 0,30 m - Zn/Al + PVC - D = 2,0 mm - pedra de mão produzida - confecção e assentamento	m²	418,60	R$ 216,59	22,00%	R$ 264,24	R$ 79,27	R$ 184,97	R$ 33.182,42	R$ 77.428,44	R$ 110.610,86
6.3.6	SINAPI	5678	Retroescavadeira sobre rodas com carregadeira, tração 4x4, potência líq. 88 hp, caçamba carreg. cap. mín. 1 m³, caçamba retro cap. 0,26 m³, peso operacional mín. 6.674 kg, profundidade escavação máx. 4,37 m - chp diurno. Af_06/2014	CHP	24,00	R$ 153,57	22,00%	R$ 187,36	R$ 56,21	R$ 131,15	R$ 1.349,04	R$ 3.147,60	R$ 4.496,64
6.3.7	SINAPI	88907	Escavadeira hidráulica sobre esteiras, caçamba 1,20 m³, peso operacional 21 t, potência bruta 155 hp - chp diurno. Af_06/2014	CHP	36,00	R$ 260,40	22,00%	R$ 317,69	R$ 95,31	R$ 222,38	R$ 3.431,16	R$ 8.005,68	R$ 11.436,84
6.4			**Acabamentos da contenção, conforme orientação da fiscalização**									**Subtotal**	**R$ 48.856,35**
6.4.1	Composição	26	Placa de concreto armado para acabamentos da contenção, e = 20 cm, C20 bombeado e adensado, com tela Q-196	m²	202,22	R$ 198,03	22,00%	R$ 241,60	R$ 72,48	R$ 169,12	R$ 14.656,91	R$ 34.199,44	R$ 48.856,35
7.			**Execução de pavimento - extensão 140 m**									**Subtotal**	**R$ 442.366,02**
7.1			**Execução de base e sub-base para pavimentação em concreto armado**									**Subtotal**	**R$ 147.129,70**
7.1.1	SINAPI	100576	Regularização e compactação de subleito de solo predominantemente argiloso, para obras de construção de pavimentos. Af_09/2024	m²	922,60	R$ 3,03	22,00%	R$ 3,70	R$ 1,11	R$ 2,59	R$ 1.024,09	R$ 2.389,53	R$ 3.413,62
7.1.2	SICRO	903845	Lastro de brita comercial - espalhamento mecânico	m³	46,13	R$ 140,62	22,00%	R$ 171,56	R$ 51,47	R$ 120,09	R$ 2.374,31	R$ 5.539,75	R$ 7.914,06
7.1.3	SINAPI	95876	Transporte com caminhão basculante de 14 m³, em via urbana pavimentada, dmt até 30 km (unidade: m³xkm). Af_02/2026	m³xkm	16138,08	R$ 2,47	22,00%	R$ 3,01	R$ 0,90	R$ 2,11	R$ 14.524,27	R$ 34.051,35	R$ 48.575,62
7.1.4	SINAPI	100979	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante 14 m³ - carga com escavadeira hidráulica (caçamba de 1,20 m³ / 155 hp) e descarga livre (unidade: m³). Af_02/2026	m³	448,28	R$ 7,12	22,00%	R$ 8,69	R$ 2,61	R$ 6,08	R$ 1.170,01	R$ 2.725,54	R$ 3.895,55
7.1.5	SINAPI	96400	Execução e compactação de base e ou sub base para pavimentação de macadame seco - exclusive carga e transporte. Af_11/2019	m³	227,15	R$ 161,78	22,00%	R$ 197,37	R$ 59,21	R$ 138,16	R$ 13.449,55	R$ 31.383,05	R$ 44.832,60
7.1.6	SINAPI	96396	Execução e compactação de base e ou sub base para pavimentação de brita graduada simples - exclusive carga e transporte. Af_11/2019	m³	175,00	R$ 180,32	22,00%	R$ 219,99	R$ 66,00	R$ 153,99	R$ 11.550,00	R$ 26.948,25	R$ 38.498,25
7.2			**Execução de pavimento de concreto (espessura 17,5 cm)**									**Subtotal**	**R$ 295.236,32**
7.2.1	SINAPI	97112	Execução de pavimento de concreto armado (PCA), fck = 30 MPa, espessura de 17,5 cm. Af_04/2022	m²	959,65	R$ 252,17	22,00%	R$ 307,65	R$ 92,30	R$ 215,35	R$ 88.575,70	R$ 206.660,62	R$ 295.236,32
8.			**Proteção lateral**									**Subtotal**	**R$ 58.313,31**
8.1	SICRO	3713604	Defensa semimaleável simples - fornecimento e implantação	m	140,44	R$ 334,60	22,00%	R$ 408,21	R$ 122,46	R$ 285,75	R$ 17.198,28	R$ 40.130,73	R$ 57.329,01
8.2	SICRO	3713689	Terminal aéreo de defensa metálica - tipo A - fornecimento e implantação	un	2,00	R$ 403,40	22,00%	R$ 492,15	R$ 147,65	R$ 344,50	R$ 295,30	R$ 689,00	R$ 984,30
9.			**Sinalização**									**Subtotal**	**R$ 36.258,76**
9.1			**Sinalização horizontal**									**Subtotal**	**R$ 6.629,13**
9.1.1	SINAPI	102512	Pintura de eixo viário sobre asfalto com tinta retrorrefletiva a base de resina acrílica com microesferas de vidro, e = 10 cm, aplicação mecânica com demarcadora autopropelida. Af_05/2021	m	140,00	R$ 6,77	22,00%	R$ 8,26	R$ 2,48	R$ 5,78	R$ 347,20	R$ 809,20	R$ 1.156,40
9.1.2	SINAPI	102512	Pintura de eixo viário sobre asfalto com tinta retrorrefletiva a base de resina acrílica com microesferas de vidro, e = 10 cm, aplicação mecânica com demarcadora autopropelida. Af_05/2021	m	280,95	R$ 6,77	22,00%	R$ 8,26	R$ 2,48	R$ 5,78	R$ 696,76	R$ 1.623,89	R$ 2.320,65
9.1.3	SICRO	5219610	Tacha refletiva em plástico injetado - bidirecional tipo IV - com um pino - fornecimento e colocação	un	62,00	R$ 41,67	22,00%	R$ 50,84	R$ 15,25	R$ 35,59	R$ 945,50	R$ 2.206,58	R$ 3.152,08
9.2			**Sinalização vertical**									**Subtotal**	**R$ 29.629,63**
9.2.1	Composição	placa	Fornecimento e instalação de placa de sinalização em chapa de aço em suporte metálico. REF SINAPI 103698	m²	10,20	R$ 638,41	22,00%	R$ 778,86	R$ 233,66	R$ 545,20	R$ 2.383,33	R$ 5.561,04	R$ 7.944,37
9.2.2	SICRO	5213863	Suporte metálico galvanizado para placa de advertência ou regulamentação - lado ou diâmetro de 0,60 m - fornecimento e implantação	un	35,00	R$ 499,75	22,00%	R$ 609,70	R$ 182,91	R$ 426,79	R$ 6.401,85	R$ 14.937,65	R$ 21.339,50

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (sem BDI)	BDI (%) Não desonerado	PREÇO UNITÁRIO (com BDI)	Preço unitário Mão de Obra (com BDI)	Preço unitário Material (com BDI)	Valor total Mão de Obra (com BDI)	Valor total Material (com BDI)	VALOR TOTAL (com BDI)
9.2.3	SICRO	5213464	Placa de advertência em aço, lado de 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação	un	1,00	R$ 283,41	22,00%	R$ 345,76	R$ 103,73	R$ 242,03	R$ 103,73	R$ 242,03	R$ 345,76
10.			**Serviços finais**									**Subtotal**	**R$ 4.024,28**
10.1	Composição	5	Mobilização ou desmobilização - Contenções e pavimento em concreto armado - DMT 36 km	conj	1,00	R$ 3.298,59	22,00%	R$ 4.024,28	R$ 1.207,28	R$ 2.817,00	R$ 1.207,28	R$ 2.817,00	R$ 4.024,28
										TOTAL	**R$ 319.454,50**	**R$ 745.457,83**	**R$ 1.064.912,33**

Santa Tereza, 11 de novembro de 2026.

GISELE CAUMO
Prefeita Municipal de Santa Tereza

CRISTIANO FUGALI
Eng. Civil - CREA RS236549

KÁTHIA BENEDETTI
Eng. Civil - CREA RS201849

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA

PROGETTARE
ENGENHARIA E ASSESSORIA

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Reconstrução de infraestrutura pública - Estrada Linha José Júlio - Grumatão - com pavimentação em concreto armado de 140 m de extensão e 418,6 m² de colchão de gabião

			1° MÊS	2° MÊS	3° MÊS	TOTAL
	RECONSTRUÇÃO DA ESTRADA LINHA JOSÉ JÚLIO - GRUMATÃO					
1.	**Administração local**					
	Físico	2,241%	20,070%	43,220%	36,710%	100%
	Financeiro	R$ 23.861,22	R$ 4.789,06	R$ 10.312,21	R$ 8.759,95	R$ 23.861,22
2.	**Mobilização e desmobilização**					
	Físico	0,378%	100%	0%	0%	100%
	Financeiro	R$ 4.024,28	R$ 4.024,28	R$ -	R$ -	R$ 4.024,28
3.	**Serviços iniciais**					
	Físico	0,459%	100%	0%	0%	100%
	Financeiro	R$ 4.883,20	R$ 4.883,20	R$ -	R$ -	R$ 4.883,20
4.	**Drenagem**					
	Físico	4,267%	0%	60%	40%	100%
	Financeiro	R$ 45.438,58	R$ -	R$ 27.263,15	R$ 18.175,43	R$ 45.438,58
5.	**Fundações**					
	Físico	5,025%	0%	100%	0%	100%
	Financeiro	R$ 53.514,36	R$ -	R$ 53.514,36	R$ -	R$ 53.514,36
6.	**Execução de contenções**					
	Físico	36,832%	51%	49%	0%	100%
	Financeiro	R$ 392.228,32	R$ 200.036,44	R$ 192.191,88	R$ -	R$ 392.228,32
7.	**Execução de pavimento - extensão 140 m**					
	Físico	41,540%	0%	40%	60%	100%
	Financeiro	R$ 442.366,02	R$ -	R$ 176.946,41	R$ 265.419,61	R$ 442.366,02
8.	**Proteção lateral**					
	Físico	5,476%	0%	0%	100%	100%
	Financeiro	R$ 58.313,31	R$ -	R$ -	R$ 58.313,31	R$ 58.313,31
9.	**Sinalização**					
	Físico	3,405%	0%	0%	100%	100%
	Financeiro	R$ 36.258,76	R$ -	R$ -	R$ 36.258,76	R$ 36.258,76
10.	**Serviços finais**					
	Físico	0,378%	0%	0%	100%	100%
	Financeiro	R$ 4.024,28	R$ -	R$ -	R$ 4.024,28	R$ 4.024,28
		100,000%	20,070%	43,220%	36,710%	100,000%
	TOTAL	**R$ 1.064.912,33**	R$ 213.732,98	R$ 460.228,01	R$ 390.951,34	**R$ 1.064.912,33**

Santa Tereza, 11 de novembro de 2026.

GISELE CAUMO
Prefeita Municipal de Santa Tereza

CRISTIANO FUGALI
Eng. Civil - CREA RS236549

KÁTHIA BENEDETTI
Eng. Civil - CREA RS201849

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI

PROGETTARE
ENGENHARIA E ASSESSORIA

Meta 1 - Reconstrução de infraestrutura pública na Estrada Linha José Júlio - Grumatão, com pavimentação em concreto armado de 140 m de extensão (959,65 m²) e 418,60 m² de colchão de gabião

Referência: SINAPI RS 07/2026 não desonerado, SICRO RS 04/2026

Tipo de obra (Acórdão TCU 2622/2013):	Construção de praças urbanas, rodovias, ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas
Percentual da base de cálculo do ISS (legislação municipal)	100,00%
Alíquota do ISS sobre a base de cálculo (entre 2% e 5%)	3,00%
Regime da Contribuição Previdenciária	SEM desoneração

Referência TCU (Acórdão 2622/2013)

Itens	Sigla	% Adotado	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	4,01%	3,80%	4,01%	4,67%
Seguro e Garantia	SG	0,40%	0,32%	0,40%	0,74%
Risco	R	0,56%	0,50%	0,56%	0,97%
Despesas Financeiras	DF	1,11%	1,02%	1,11%	1,21%
Lucro	L	7,30%	6,64%	7,30%	8,69%
Tributos (COFINS 3% e PIS 0,65%)	CP	3,65%			
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%			
Tributos (CPRB - Lei 12.546/2011 - desoneração)	CPRB	0,00%			

BDI SEM desoneração (fórmula Acórdão TCU 2622/2013)	**BDI PAD**	**22,00%**
BDI adotado no orçamento (não desonerado)	**BDI**	**22,00%**

Fórmula: BDI = [(1 + AC + SG + R) × (1 + DF) × (1 + L)] ÷ (1 − CP − ISS − CPRB) − 1

Declaro, para os devidos fins, que, conforme a legislação tributária municipal, a base de cálculo do ISS para este tipo de obra corresponde a 100%, com a respectiva alíquota de 3%.

Declaro, para os devidos fins, que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para a elaboração do orçamento foi SEM desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Os percentuais adotados correspondem aos valores médios do Acórdão TCU 2622/2013 para o tipo de obra indicado. O valor da célula D24 alimenta a coluna "BDI (%)" da planilha orçamentária.

Santa Tereza, 11 de novembro de 2026.

CRISTIANO FUGALI
Eng. Civil - CREA RS236549
ART/RRT: 14634978

KÁTHIA BENEDETTI
Eng. Civil - CREA RS201849

Apêndice 21 – Encargos Sociais – Rio Grande do Sul

RIO GRANDE DO SUL VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/2026

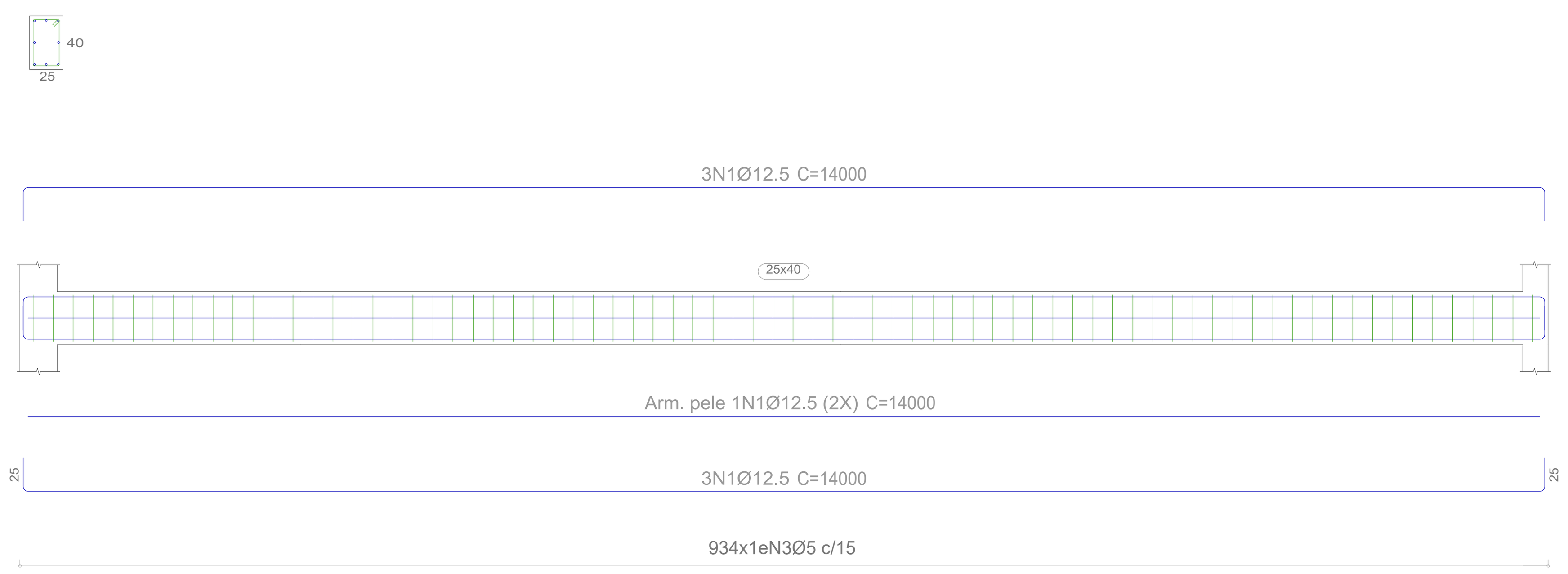
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	10,00%	10,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	26,80%	26,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,78%	Não incide	17,78%	Não incide
B2	Feriados	4,21%	Não incide	4,21%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,88%	0,67%	0,88%	0,67%
B4	13º Salário	10,92%	8,29%	10,92%	8,29%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,65%	Não incide	1,65%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
B9	Férias Gozadas	11,04%	8,38%	11,04%	8,38%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%	0,04%	0,03%
B	**Total**	**47,35%**	**18,00%**	**47,35%**	**18,00%**
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,18%	3,17%	4,18%	3,17%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	3,59%	2,73%	3,59%	2,73%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	1,78%	1,35%	1,78%	1,35%
C5	Indenização Adicional	0,35%	0,26%	0,35%	0,26%
C	**Total**	**10,01%**	**7,59%**	**10,01%**	**7,59%**
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INNS sobre 13º, conforme Lei nº 14.973/2024)	11,60%	4,00%	17,42%	6,62%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,36%	0,28%	0,37%	0,28%
D	**Total**	**11,96%**	**4,28%**	**17,79%**	**6,90%**
TOTAL(A+B+C+D)		**96,12%**	**56,67%**	**111,95%**	**69,29%**

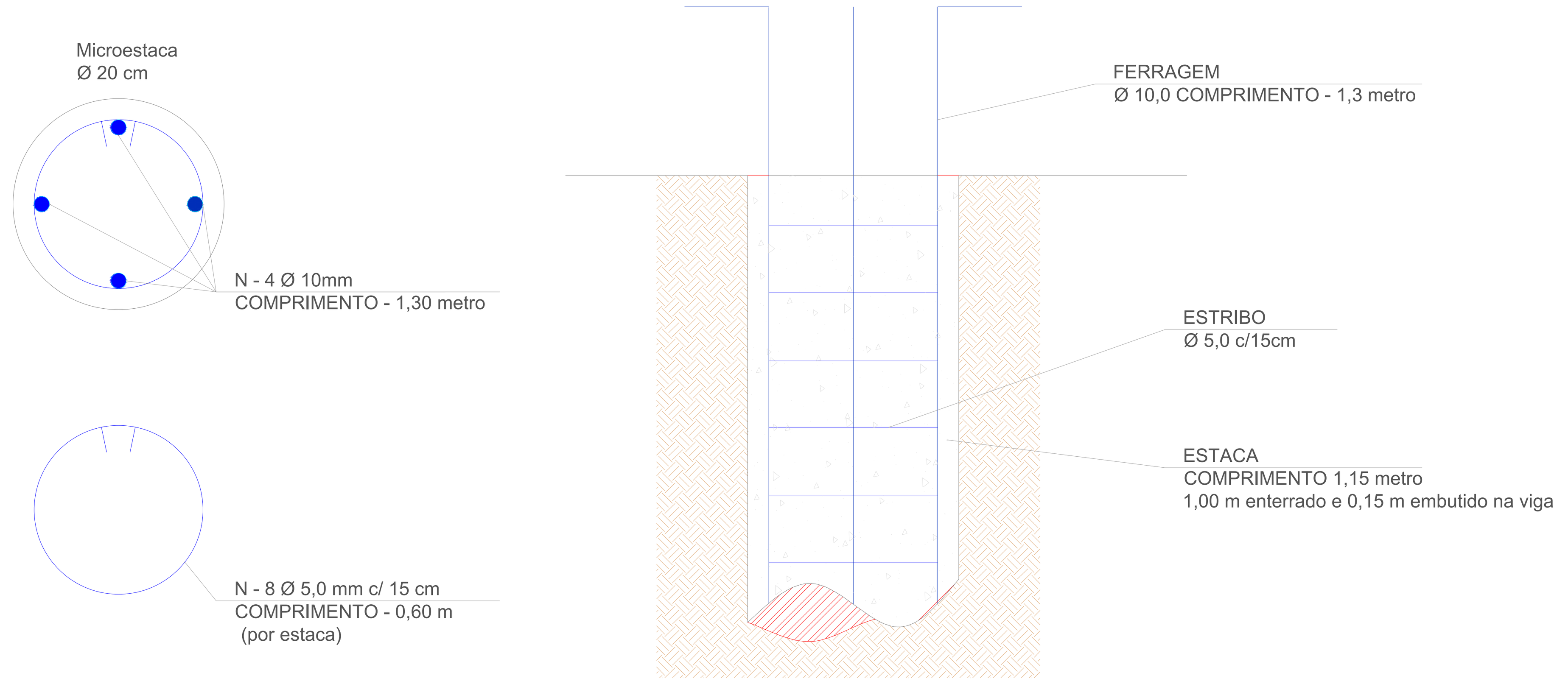
Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET

CRISTIANO FUGALI:99816458004 Assinado de forma digital por CRISTIANO FUGALI:99816458004 Dados: 2026.10.19 09:02:19 -03'00'

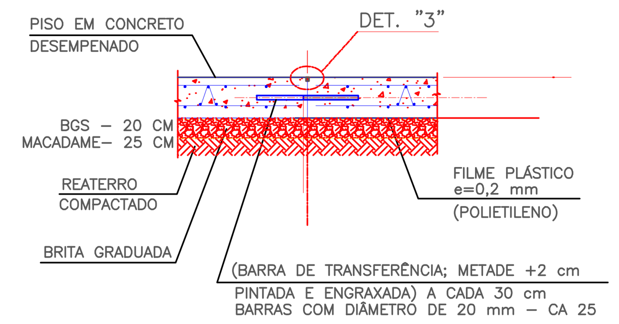
KATHIA BENEDETTI:88478459049 Assinado de forma digital por KATHIA BENEDETTI:88478459049 Dados: 2026.10.19 09:02:44 -03'00'

DETALHAMENTO ESTRUTURAL VIGA DE BORDO E MICROESTACA

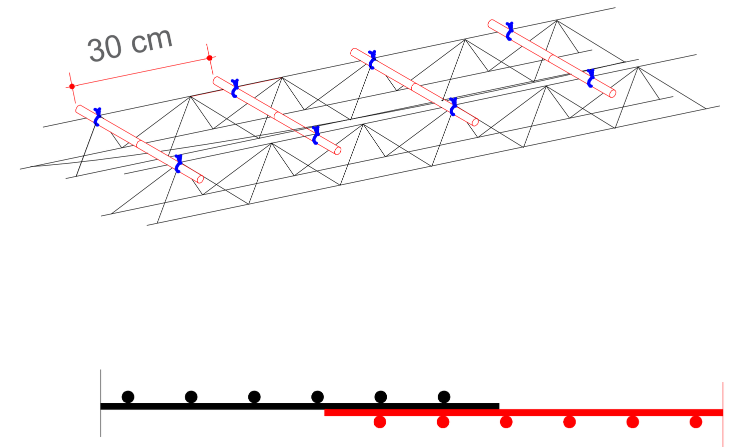




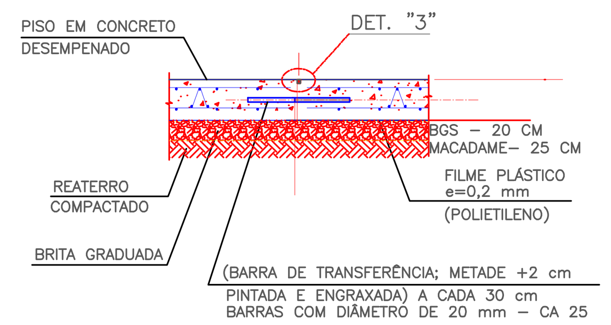
sem escala



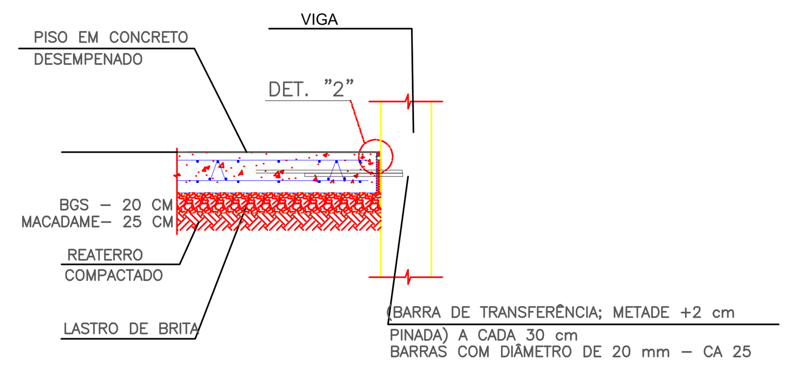
JUNTA DE CONSTRUÇÃO



SOBREPOSIÇÃO DE ARMADURA



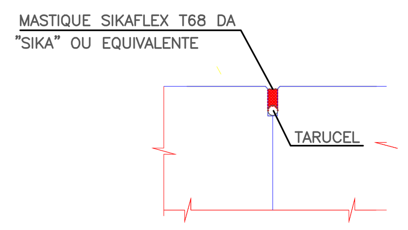
JUNTA SERRADA



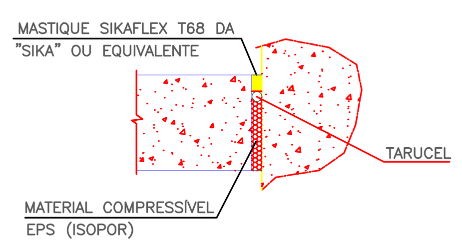
JUNTA DE ENCONTRO :

USAR COMO ARMADURA DE BORDO
NO ENCONTRO COM A VIGA

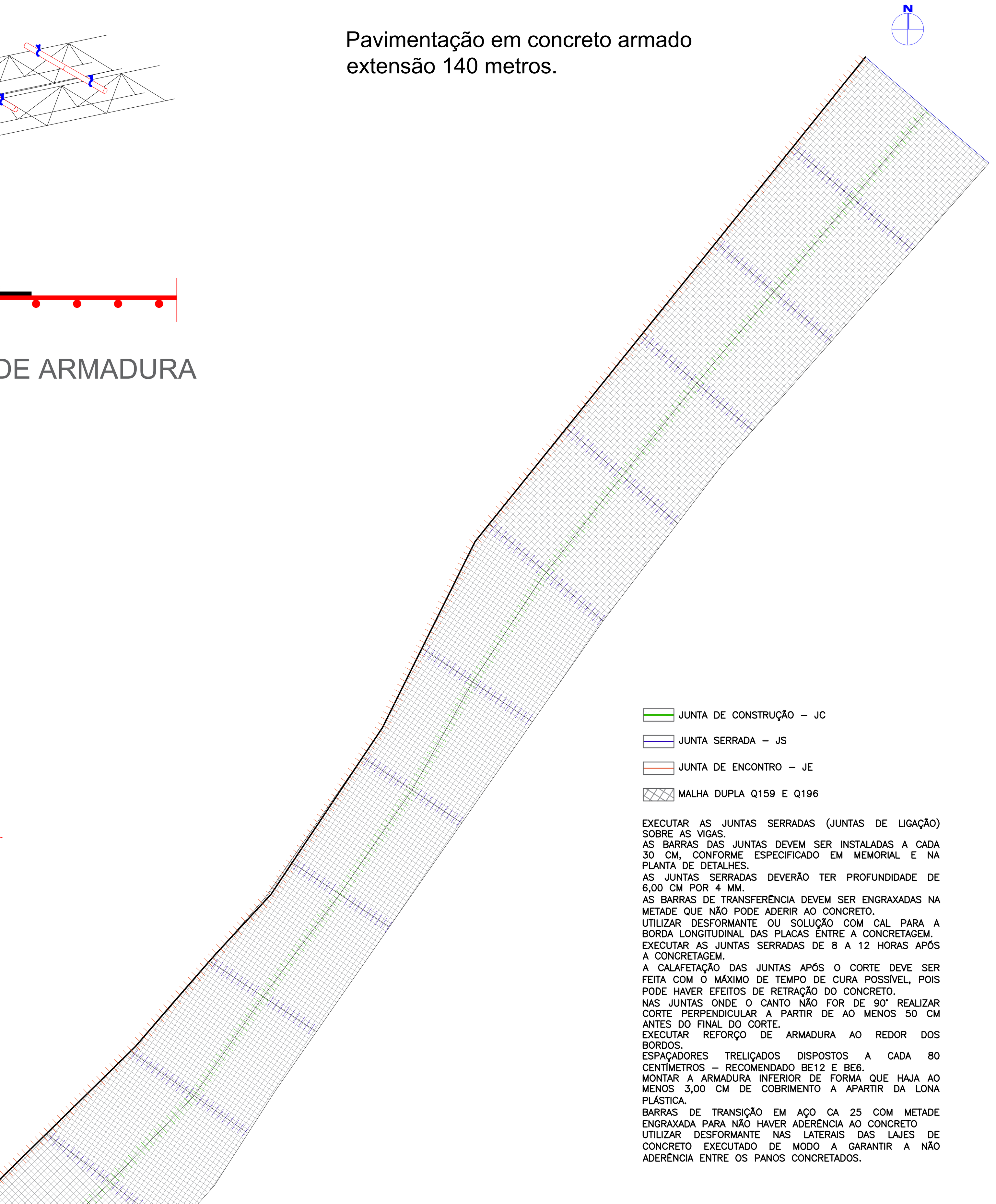
DETALHE 3
S/ ESCALA

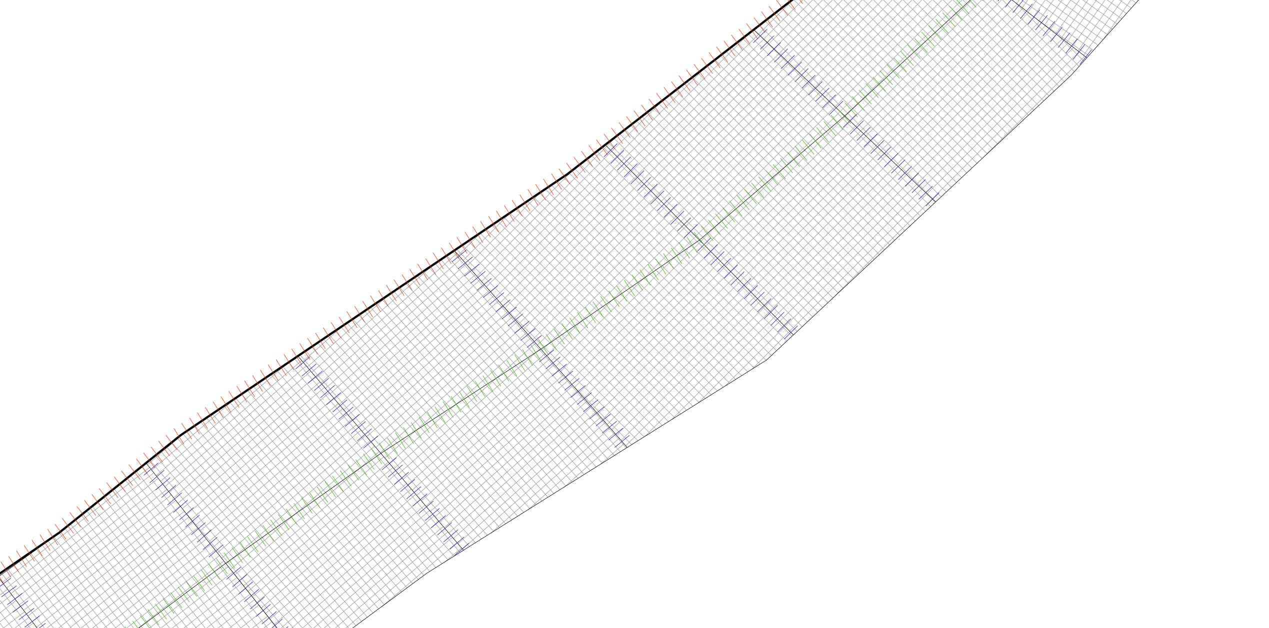


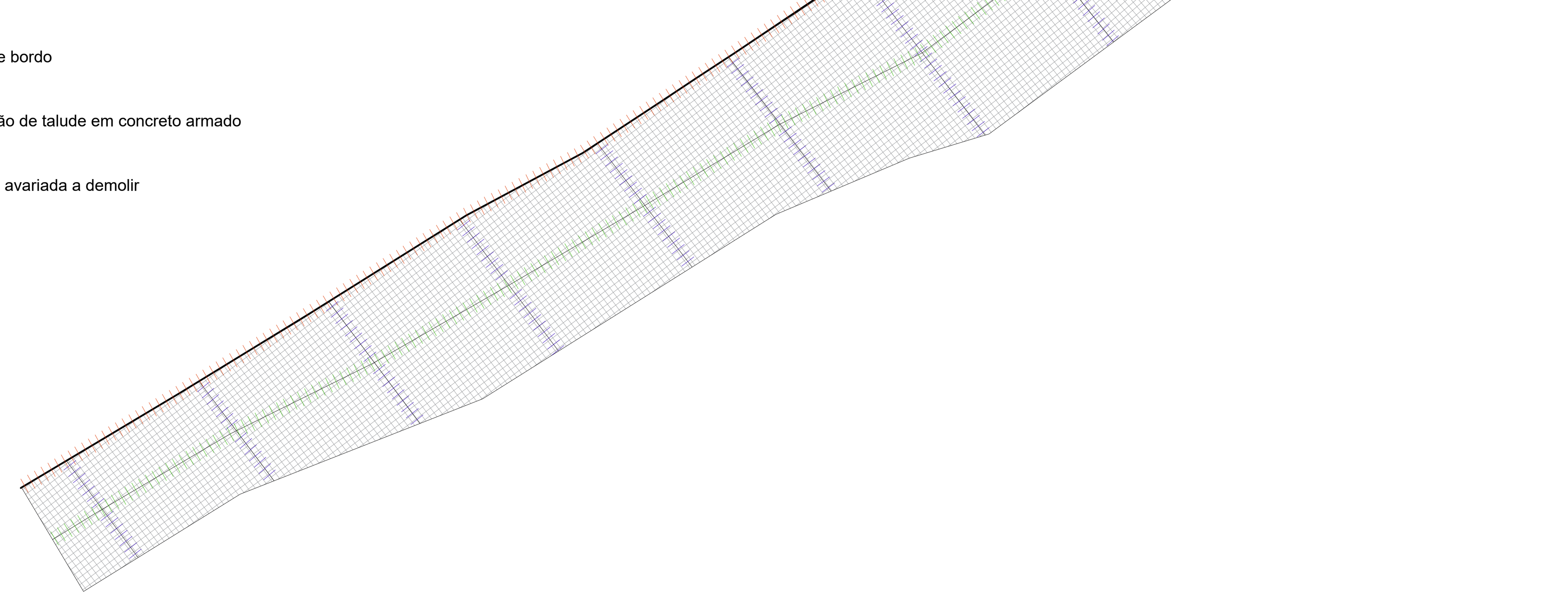
DETALHE 2
S/ ESCALA



Pavimentação em concreto armado
extensão 140 metros.







JUNTA DE CONSTRUÇÃO – JC
JUNTA SERRADA – JS
JUNTA DE ENCONTRO – JE
MALHA DUPLA Q159 E Q196

EXECUTAR AS JUNTAS SERRADAS (JUNTAS DE LIGAÇÃO) SOBRE AS VIGAS.
AS BARRAS DAS JUNTAS DEVEM SER INSTALADAS A CADA 30 CM, CONFORME ESPECIFICADO EM MEMORIAL E NA PLANTA DE DETALHES.
AS JUNTAS SERRADAS DEVERÃO TER PROFUNDIDADE DE 6,00 CM POR 4 MM.
AS BARRAS DE TRANSFERÊNCIA DEVEM SER ENGRAXADAS NA METADE QUE NÃO PODE ADERIR AO CONCRETO.
UTILIZAR DESFORMANTE OU SOLUÇÃO COM CAL PARA A BORDA LONGITUDINAL DAS PLACAS ENTRE A CONCRETAGEM.
EXECUTAR AS JUNTAS SERRADAS DE 8 A 12 HORAS APÓS A CONCRETAGEM.
A CALAFETAÇÃO DAS JUNTAS APÓS O CORTE DEVE SER FEITA COM O MÁXIMO DE TEMPO DE CURA POSSÍVEL, POIS PODE HAVER EFEITOS DE RETRAÇÃO DO CONCRETO.
NAS JUNTAS ONDE O CANTO NÃO FOR DE 90° REALIZAR CORTE PERPENDICULAR A PARTIR DE AO MENOS 50 CM ANTES DO FINAL DO CORTE.
EXECUTAR REFORÇO DE ARMADURA AO REDOR DOS BORDOS.
ESPAÇADORES TRELIÇADOS DISPOSTOS A CADA 80 CENTÍMETROS – RECOMENDADO BE12 E BE6.
MONTAR A ARMADURA INFERIOR DE FORMA QUE HAJA AO MENOS 3,00 CM DE COBRIMENTO A APARTIR DA LONA PLÁSTICA.
BARRAS DE TRANSIÇÃO EM AÇO CA 25 COM METADE ENGRAXADA PARA NÃO HAVER ADERÊNCIA AO CONCRETO
UTILIZAR DESFORMANTE NAS LATERAIS DAS LAJES DE CONCRETO EXECUTADO DE MODO A GARANTIR A NÃO ADERÊNCIA ENTRE OS PANOS CONCRETADOS.

Escala 1:200

Localização



Projeto de pavimento
ESC: 1/1000

Escala 1:1000

LEGENDA

- Sarjeta 9030 a reconstruir
- Defensa metálica a implantar
- Colchão de gabião existente
- Colchão de gabião a construir
- Pavimento de concreto armado
- Viga de bordo
- Proteção de talude em concreto armado
- Mureta avariada a demolir

PROGETTARE
ENGENHARIA E ASSESSORIA
AVENIDA DR. JOSÉ MONTAURY Nº 1164 - SALA 01 - VERANÓPOLIS

OBRA:
Reconstrução de Infraestrutura pública - Estrada Linha José Júlio - Grumatão

PROJETO:
CRISTIANO FUGALI:99816458004 Assinado de forma digital por CRISTIANO FUGALI:99816458004 Dados: 2026.10.19 09:06:18 -03'00'
KATHIA BENEDETTI:88478459049 Assinado de forma digital por KATHIA BENEDETTI:88478459049 Dados: 2026.10.19 09:06:43 -03'00'
Cristiano Fugali - Eng. Civil CREA RS236549
Káthia Benedetti - Eng. Civil CREA RS201849

ENDEREÇO:
Estrada Linha José Julio - Grumatão

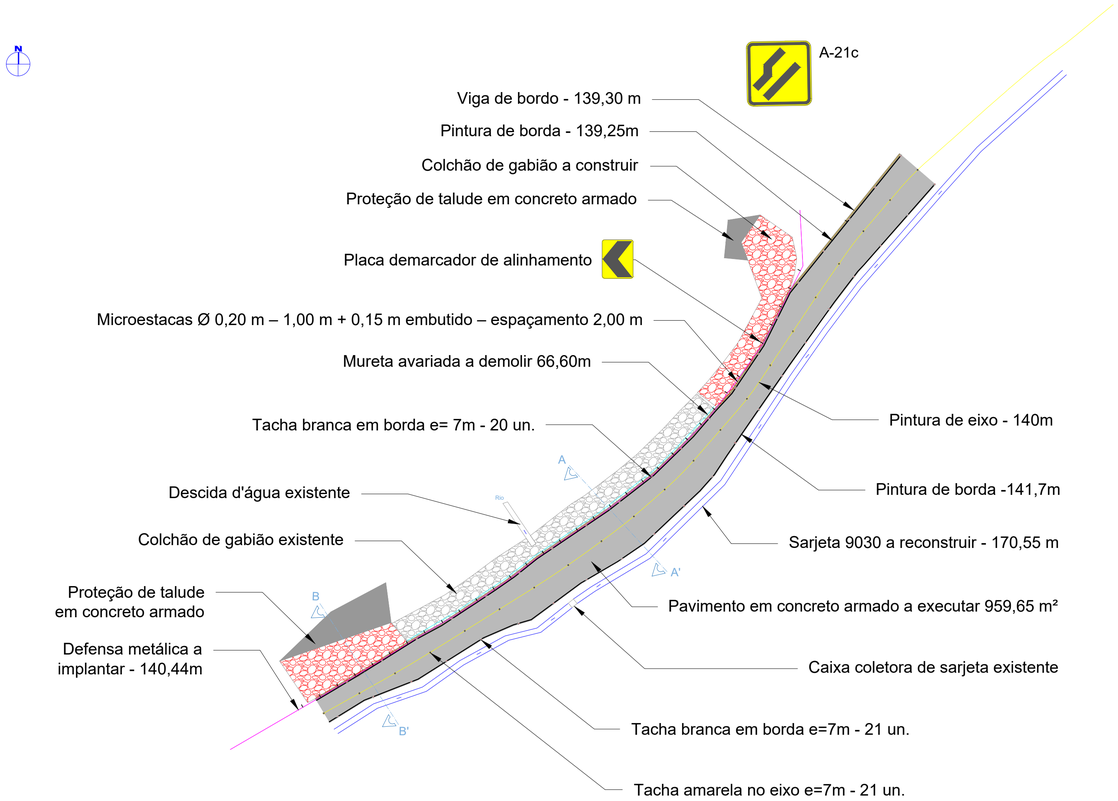
PROPRIETÁRIO:
Município de Santa Tereza

DATA:	08/2026
ESCALA:	indicada
DESENHO:	autor

ASSUNTO:
Projeto de pavimentação

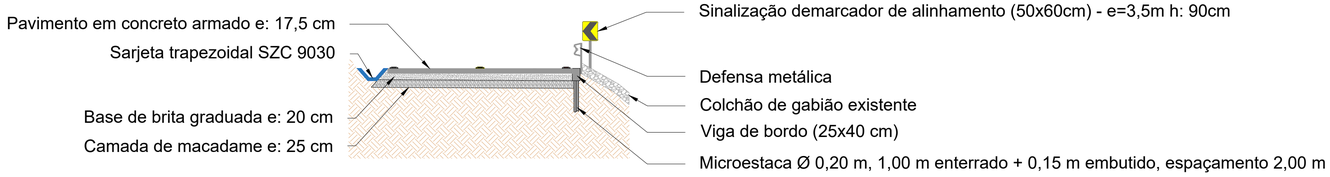
PRANCHA:
PAV-01

Detalhamento do pavimento

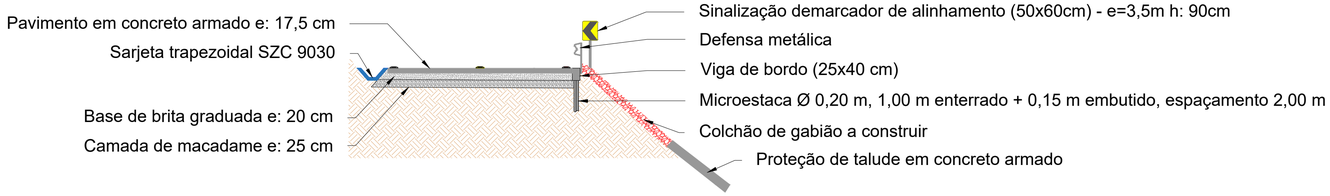


Seções

Seção A-A'



Seção B-B'



LEGENDA

- Sarjeta 9030 a reconstruir
- Defensa metálica a implantar
- Colchão de gabião existente
- Colchão de gabião a construir
- Pavimento de concreto armado
- Viga de bordo
- Proteção de talude em concreto armado
- Mureta avariada a demolir

Detalhe - sinalização vetical
Placa demarcador de alinhamento



Afastamento entre placas:
3,50 m

SINALIZAÇÃO

INFORMAÇÕES GERAIS

Detalhes - tachas e pinturas Eixo (LFO-1) e Bordos (LBO) - 10cm
tachas nos Bordos e no Eixo

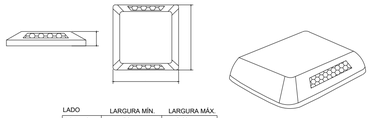


- Pintura do Eixo - cor AMARELA - L=10cm
- Pintura de Bordo - cor BRANCA - L=10cm

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

DESCRIÇÃO	EXTENSÃO (m)	ÁREA (m²)
Linha de divisão de fluxos opostos (COR AMARELA) Simples / E=1X10 CM	140,00	14,00
Linha de delimitação de bordo contínua (COR BRANCA) Simples / E=1X10 CM	280,95	28,10
Tacha bidirecional branca sobre bordo cadência 7 m em toda a extensão do trecho	41 unidades	
Tacha bidirecional amarela sobre eixo cadência 7 m em toda a extensão do trecho	21 unidades	

DIMENSÕES DA TACHA:



LADO	LARGURA MÍN.	LARGURA MÁX.
H (altura)	1,70 cm	2,20 cm
L1	9,60 cm	13,00 cm
L2	7,40 cm	11,00 cm

OBS: L1 é a face que contém o elemento retrorrefletivo.

VISTA EM PERSPECTIVA

QUADRO DE QUANTIDADES

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE
DRENAGEM		
Sarjeta trapezoidal SZC 90-30 a reconstruir	170,55	m
Reaterro/apoio da sarjeta com argila (0,35 m³/m)	59,69	m³
Lastro de brita (e = 0,03 m) sob a sarjeta e a faixa de 0,30 m	9,26	m³
Arremate em concreto fck 15 MPa na faixa de 0,30 m (e = 0,05 m)	2,56	m³
REMOÇÕES		
Mureta avariada a demolir	66,60	m
Mureta avariada a demolir - volume (h = 0,80 m; e = 0,20 m)	10,66	m³
CONTENÇÕES		
Colchão de gabião a construir (e = 0,30 m)	418,60	m²
Haste de aço CA-50 Ø 16,0 mm cravada em matacão	419	un
Cabo de aço galvanizado Ø 12,7 mm (1/2")	419,00	m
Proteção de talude em concreto armado (e = 0,20 m)	254,10	m²
Lastro de pedra de mão/rachão (e = 0,15 m)	38,12	m³
Tela soldada Q-196 (proteção de talude)	961,80	kg
Concreto fck 30 MPa bombeado (proteção de talude)	50,82	m³
ACABAMENTOS DA CONTENÇÃO (conforme orientação da fiscalização)		
Placa de concreto armado C20 bombeado (e = 0,20 m) com tela Q-196	202,22	m²
Concreto C20 usinado bombeado (202,22 m² × 0,20 m)	40,44	m³
Tela soldada Q-196 (3,7851 kg/m²)	765,42	kg
FUNDAÇÕES - MICROESTACAS		
Microestaca Ø 20 cm (1,00 m enterrado + 0,15 m embutido na viga)	70	un
Microestaca Ø 20 cm - comprimento total	80,50	m
Vergalhão CA-50 Ø 10,0 mm (4 barras C = 1,30 m por estaca)	224,59	kg
Vergalhão CA-60 Ø 5,0 mm (8 estribos C = 0,60 m por estaca)	51,74	kg
Concreto fck 20 MPa para estacas	2,53	m³
VIGA DE BORDO		
Viga de bordo (25 x 40 cm)	139,30	m
Vergalhão CA-50 Ø 12,5 mm	1.129,23	kg
Vergalhão CA-60 Ø 5,0 mm (estribos c/15 cm)	171,62	kg
Concreto fck 30 MPa para viga	13,93	m³
Fôrma de madeira (laterais da viga)	111,44	m²
PAVIMENTO		
Regularização e compactação do subleito	922,60	m²
Lastro de brita (e = 0,05 m)	46,13	m³
Sub-base de macadame seco (e = 0,25 m)	227,15	m³
Base de brita graduada simples (e = 0,20 m)	175,00	m³
Pavimento de concreto armado fck 30 MPa (e = 17,5 cm)	959,65	m²
PROTEÇÃO LATERAL		
Defensa metálica semimaleável simples	140,44	m
Terminal aéreo de defensa metálica - tipo A	2	un
SINALIZAÇÃO VERTICAL		
Placa demarcador de alinhamento 50 x 60 cm (e = 3,50 m; h = 0,90 m)	34	un
Placa de advertência - estreitamento de pista (L = 0,60 m)	1	un
Suporte metálico galvanizado para placa	35	un

PROGETTARE
ENGENHARIA E ASSESSORIA
AVENIDA DR. JOSÉ MONTAURY Nº 1164 - SALA 01 - VERANÓPOLIS

OBRA:
Reconstrução de Infraestrutura pública - Estrada Linha José Júlio - Grumatão

PROJETO:
CRISTIANO FUGALI:99816458004 — Assinado de forma digital por CRISTIANO FUGALI:99816458004 Dados: 2026.10.19 09:07:33 -03'00'
KATHIA BENEDETTI:88478459049 — Assinado de forma digital por KATHIA BENEDETTI:88478459049 Dados: 2026.10.19 09:07:56 -03'00'
Cristiano Fugali - Eng. Civil CREA RS236549
Káthia Benedetti - Eng. Civil CREA RS201849

ENDEREÇO:
Estrada Linha José Julio - Grumatão

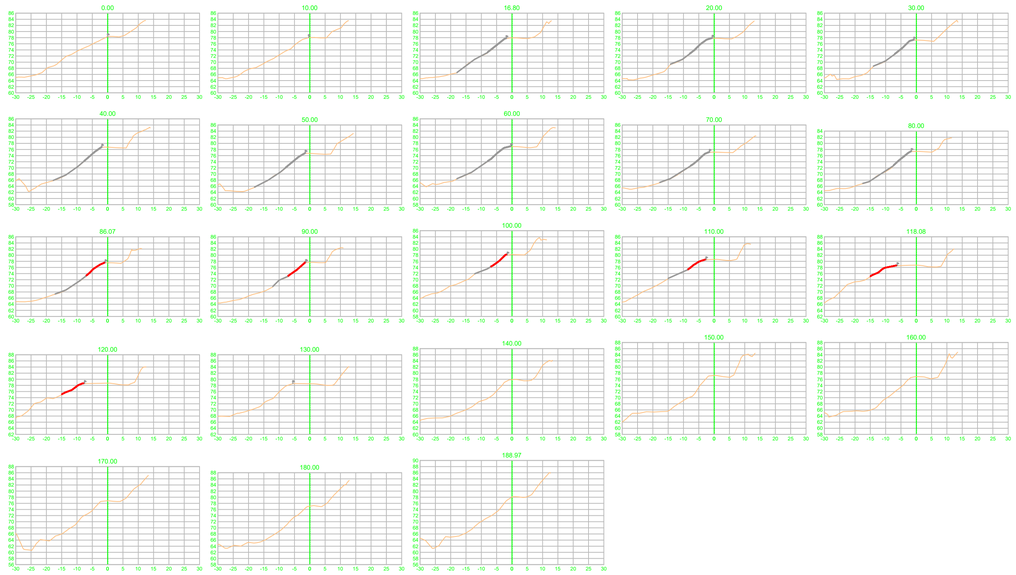
PROPRIETÁRIO:
Município de Santa Tereza

DATA: 08/2026
ESCALA: indicada
DESENHO: autor

ASSUNTO:
Projeto de sinalização, drenagem e detalhes

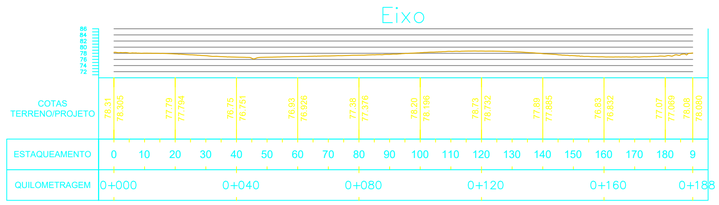
PRANCHA:
S/D-01

Seções



Escala 1:1000

Perfil longitudinal



Escala 1:1000

Localização



Planta topográfica



Escala 1:1000

Coordenadas:
Inicial: lat -29.117981°; long -51.712876°
Final: lat -29.117147°; long -51.711822°

PROGETTARE
ENGENHARIA E ASSESSORIA
AVENIDA DR. JOSÉ MONTAURY Nº 1164 - SALA 01 - VERANÓPOLIS

OBRA:
Reconstrução de Infraestrutura pública - Estrada Linha José Júlio - Gromatão

PROJETO:
CRISTIANO FUGALI:99816458004 — Assinado de forma digital por CRISTIANO FUGALI:99816458004 Dados: 2026.10.19 09:09:01 -03'00'
KATHIA BENEDETTI:88478459049 — Assinado de forma digital por KATHIA BENEDETTI:88478459049 Dados: 2026.10.19 09:09:36 -03'00'
Cristiano Fugali - Eng. Civil CREA RS236549
Káthia Benedetti - Eng. Civil CREA RS201849

ENDEREÇO:
Estrada Linha José Julio - Grumatão

PROPRIETÁRIO:
Município de Santa Tereza

ASSUNTO:
TOPOGRAFIA

DATA:	08/2026
ESCALA:	indicada
DESENHO:	autor

PRANCHA:
TOP-01